

GT-52

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

**ESTUDO DO PROCESSO DE REASSENTAMENTO
HUMANO DO PÓS - GUERRA NO DISTRITO DE BÁRUE**

Autor: Carlos Creva Singano

Março/2000



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

**ESTUDO DO PROCESSO DE REASSENTAMENTO
HUMANO DO PÓS - GUERRA NO DISTRITO DE BÁRUE**

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura em geografia

Autor: Carlos Creva Singano
Supervisor: Prof. Doutor Manuel Araújo

Março/2000

711.3(679)
5017e 04

C. LETRAS U. E. M.	
R. E.	28020
DATA	26/11/2001
AQUISIÇÃO	2001
COTA	67-52

DECLARAÇÃO

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau, e que ela constitui o resultado de minha investigação pessoal, estando indicados no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

Carlos C. Singano

Carlos Creva Singano

Março/2000

DEDICATÓRIA

Ao meu irmão Natálio Creva, à minha família, à minha esposa Ana Camacho que ficou privada dos carinhos e atenção de marido no cumprimento das minhas obrigações académicas

A toda minha família, amigos e colegas que sempre me elevaram a moral durante momentos de desânimo.

Agradecimentos

Este estudo, não teria sido possível, se não tivesse contado com a colaboração e apoio, de muitas pessoas e instituições que por isso, têm algo de si neste trabalho.

Expresso os meus agradecimentos, ao meu supervisor, Professor Doutor Manuel Araújo, que coordenou todo o trabalho desde a concepção do projecto de tese, até à correcção e elaboração do texto final.

Para o FNUAP e o CEP (Centro de Estudos de População da UEM) os meus sinceros agradecimentos pelo financiamento e todo o suporte material que permitiu a realização deste estudo.

Para o Sr. Administrador do distrito de Bárue, Costa Francisco Chale, e todo o pessoal dos postos administrativos de Nhampassa, Choa e Catandica, por me terem facultado informações valiosas sobre o distrito, vai a minha gratidão.

Agradeço ainda ao sr. Meque José pela sua pronta disponibilidade para me acompanhar durante a estadia no distrito, e uma menção especial para toda a população regressada e deslocada do distrito pela atenção dispensada como objecto de investigação.

A todos os docentes que directa ou indirectamente me apoiaram, especialmente o Doutor. José Negrão, pelos conselhos valiosos que me prestou.

Dedico uma menção a todos os meus colegas de turma do curso de Geografia, em especial os estudantes que ingressaram na poca 1993/94.

ABREVIATURAS

- CDB - Corredor de Desenvolvimento da Beira
- CNP - Comissão Nacional do Plano
- DEA- Direcção de Economia Agrícola
- DNE - Direcção Nacional de Estatística
- EN - Estrada Nacional
- FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique
- HRB - Hospital Rural de Barue
- II RGPH - 2º Recenseamento Geral da População e habitação
- IM - Índice de Masculinidade
- INE - Instituto Nacional de Estatística
- INIA - Instituto Nacional de Investigação Agronómica
- KM- Quilómetro
- MAE- Ministério da Administração Estatal
- MAP- Ministério da Agricultura e Pescas
- MRE- Movimento de retorno Espontâneo
- MRO- Movimento de Retorno Organizado
- NAR- Núcleo de Apoio aos Refugiados
- ONG -Organização não governamental
- PA - Posto Administrativo
- PGGP - Portaria do Governo Geral Português
- PNUD-Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRH -Processo de Reassentamento Humano

PR- Presidente da República

RENAMO - Resistência Nacional de Moçambique

RGP - Recenseamento geral da população

SMO- Serviço Militar Obrigatório

TGF - Taxa Global de Fecundidade

TMC - Taxa Média de Crescimento

UEM - Universidade Eduardo Mondlane

UNHCR/ACNUR -United Nation High Commissioner for Refugees/Alto Comessariado

das Nações Unidas para os Refugiados

RESUMO DA TESE

O estudo levado a cabo faz uma análise do processo de reassentamento populacional (PRP) do pós- guerra no distrito de Bárue.

No estudo apresentado, descreve-se coerentemente, os processos da movimentação e de reassentamento das populações; dá-se uma explicação coerente dos factores que determinaram a escolha dos lugares para o reassentamento populacional, a importância relativa de cada factor no processo de escolha do lugar para o reassentamento, incluindo a tomada de decisão para o lugar de reassentamento.

Um dos aspectos mais importante analisado neste estudo relaciona-se com os processos de reassentamentos populacionais experimentados pela população do distrito e os padrões de assentamentos humanos no distrito.

As conclusões principais neste estudo são:

- A guerra terminada é a causa principal dos recentes processos de deslocação e de reassentamento da população no distrito de Bárue e, o reassentamento no distrito efectuou-se de duas formas: espontânea (não organizado) que abrangeu 54,4% dos regressados e, de forma organizada (assistido);

- O processo de reassentamento populacional é fortemente influenciado pela dinâmica e o tipo de movimento de retorno;

- Notaram-se duas tendências principais no processo de reassentamento populacional no distrito de Bárue: primeira, a de conquistas progressivas à floresta para actividades agropecuárias e, a segunda, reocupar as terras dos antessapados deixados atrás devido a razões de segurança e posse da terra.

- Os factores cultural (origem) e os de acesso aos recursos de água, fertilidade dos solos e os florestais interactuaram decisivamente na escolha dos lugares para o reassentamento populacional no distrito;

- No distrito de Bárue, dois padrões de assentamento salientam-se: o disperso, que é o resultado, por um lado, de processos de procura de terras agrícolas férteis e da organização sócio-cultural, por outro, como resultado das condições de recursos e de relevo e; o agrupado que o resultado, por um lado, da edificação das aldeias "comunais" a partir de 1975, por outro, como resultado de povoações comerciais e de sedes administrativas.

ÍNDICE

Declaração-----	i
Dedicatória-----	ii
Agradecimentos-----	iii
Abreviaturas-----	iv-v
Resumo da tese-----	vi-vii

Capítulo I

1 Introdução-----	1
2 Objectivos-----	4
3 Hipótese do trabalho-----	4
4 Metodologias -----	5
4.1 Procedimentos-----	5
4.2 Análise das fontes-----	9
5 Enquadramento teórico-----	13
5.1 Teoria geral das formas de povoamento (assentamentos humanos)-----	13
5.2 Escolhida localização das lugares e suas características-----	15
5.3 Espaços rurais e urbanos-----	18
5.4 Teoria do reassentamento populacional-----	20

Capítulo II

O distrito de Bárue

1 Localização geográfica do distrito e das subáreas de estudo-----	34
2 Breve historial do distrito-----	36
3 Divisão político - administrativa-----	38
4 Quadro físico- geográfico-----	41
5 Algumas características demográficas e sócio- económicas -----	46

Capítulo III

Análise retrospectiva do processo de reassentamento em Moçambique e sua influência na organização espacial da população-----	55
--	----

Capítulo IV

Reassentamento populacional no distrito de Bárue----	69
--	----

1 Estabelecimento de limites e gestão nos actuais povoados -----	70
2 Processo de reassentamento populacional-----	73
2.1 Descrição do movimento de retorno (MR) por tipo de deslocado e por região geográfica-----	73
2.1.1 Características gerais do MR -----	73
2.1.2 Movimento de retorno espontâneo-----	76
2.1.3 Movimento de retorno organizado-----	79
2.2 Reassentamento do pos- guerra no distrito-----	82
2.2.1 O reassentamento na região montanhosa-----	84
2.2.2 O reassentamento na região planáltica-----	85
2.2.2.1 O reassentamento dos refugiados regressados-----	86
2.2.2.2 O reassentamento dos deslocados internos-----	88
2.2.3 Algumas comparações do processo de reassentamento populacional nas duas regiões geográficas-----	89
3 Os principais padrões de assentamentos humanos no distrito-----	91
3.1 Padrão de assentamento na região montanhosa---	91
3.2 Padrões de assentamentos na região planáltica---	92

Capítulo V

Conclusões-----	95
-----------------	----

Bibliografia

Anexos

LISTA DE MAPAS

	Pág.
MAPA 1-Enquadramento regional-----	36-37
MAPA 2 Localização geográfica do distrito de Bárue-----	36-37
MAPA 3 Divisão político-administrativa do distrito de Bárue-----	38-39
MAPA 4 Aldeias/povoações do distrito de Bárue-----	40-41
MAPA 5 Infra-estruturas sociais (Saúde e educação)-----	51-52
Padrões de assentamentos populacionais-----	93-94

ÍNDICE DE TABELAS

	Pág.
TABELA 1: BÁRUE-Divisão político administrativa-----	39
TABELA 2: BÁRUE-Aldeias/povoações por localidade-----	40
TABELA 3: BÁRUE-Rios e povoações servidas-----	45
TABELA 4: BÁRUE- Evolução da população por sexo, 1980-2007-----	49
TABELA 5: BÁRUE-Distribuição da população por PA, 1980, 1991 e 1997-----	50
TABELA 6: BÁRUE- Distribuição da população por localidade (situação em 1997)-----	51
TABELA 7: MOÇAMBIQUE-Deslocados internos e refugiados (situação em 1992)-----	66
TABELA 8: MANICA-Refugiados regressados por distrito (até Dezembro de 1995)-----	68
TABELA 9: BÁRUE- Evolução do processo de retorno, 1992-1995-----	74
TABELA 10: BÁRUE- Refugiados regressados por tipo de movimento de retorno (1992-1995)-----	75

CAPITULO I

1. INTRODUÇÃO

O estudo levado a cabo procura fazer uma análise do processo de reassentamento humano (PRH) em Moçambique, que por causa da sua complexidade apenas analisa um estudo de caso num dos distritos fronteiriços da província de Manica- Bárue.

A guerra terminada no espaço rural moçambicano provocou um deslocamento populacional que se caracteriza por dois momentos: primeiro, é a fuga para os países vizinhos ou à áreas de relativa segurança no interior do país; segundo, é o de retorno e reassentamento com o fim da guerra. O reassentamento (tema principal deste trabalho) implica movimento, selecção populacional e do lugar. Segundo alguns autores, existem tendências de, os refugiados regressados, deslocados internos e militares desmobilizados se instalarem nas zonas rurais de origem (Carrilho, 1992) mas duvida-se sobre a parte da "população deslocada" que reassentar-se-á nos locais de origem (Negrão, 1991 citado por Carrilho, 1992).

Estima-se que, como resultado da guerra terminada, Moçambique tinha até Outubro de 1992, cerca de 3,7 milhões de deslocados internos e 1,7 milhões de refugiados em países vizinhos (Negrão et all, 1997).

A escolha do tema (assentamentos humanos rurais) deve-se, por um lado, a questões de preferências e de domínio científico, por outro, por curiosidade de conhecer

melhor os aspectos práticos fundamentais dos reassentamentos das populações após a guerra e, Bárue, foi escolhido como área de estudo pelas seguintes razões:

- Ser um dos distritos com experiência de reassentamento do pós guerra (afectado por refugiados regressados e deslocados internos).
- Ser um distrito com contacto directo com um dos países vizinhos (Zimbabwe) onde a maior parte dos refugiados regressados do distrito tinha se refugiado.
- Ser o distrito natal do autor, o que lhe dá vantagens de possuir alguns conhecimentos locais que poderiam facilitar a realização do trabalho.

O presente estudo pretende analisar os processos de reassentamento humano do pós-guerra, concretamente, o processo de retorno e reafixação dos refugiados regressados e deslocados internos, a partir do estudo de caso no distrito de Bárue com vista a contribuir para uma melhor compreensão do processo de reassentamento humano do pós-guerra em Moçambique.

Este trabalho está dividido em cinco capítulos que, por sua vez, encontram-se estruturados da seguinte maneira:

No primeiro capítulo serão abordados aspectos relacionados com a introdução, as hipóteses, a metodologia utilizada ao longo do trabalho para alcançar os objectivos traçados e, finalmente, o enquadramento teórico onde se insere o tema deste trabalho dentro do grande tema "Assentamento Humano Rural".

No segundo capítulo faz-se uma breve apresentação do distrito de Bárue através da sua localização geográfica dentro da província de Manica, breve história do distrito,

alguns aspectos físico- geográficos e algumas características demográficas, sociais e económicas.

No terceiro capítulo faz-se uma muito breve retrospectiva do processo de reassentamento em Moçambique com vista, por um lado, a responder ao primeiro objectivo específico do trabalho, por outro, para facilitar a compreensão do processo de reassentamento do pós-guerra em Moçambique e, em particular, em Bárue.

No quarto capítulo abordam-se os aspectos relacionados com a essência do tema "Processo de Reassentamento Humano" no distrito de Bárue. Neste capítulo procura-se explicar profundamente o processo de movimentação e reassentamento no distrito , identificam-se os factores que determinam a escolha dos actuais lugares de reassentamento assim como identificam-se os principais padrões de assentamentos humanos.

No último capítulo apresentam-se algumas conclusões que são feitas a partir da informação recolhida ao longo do trabalho e, particularmente dos resultados das entrevistas.

No final apresenta-se uma lista da bibliografia que foi usada para a produção do presente trabalho de licenciatura.

2. OBJECTIVOS

Geral:

- Descrever os processos da movimentação e de reassentamento das populações em resultado da guerra e compreender as razões da escolha dos lugares;

Específicos:

- Analisar a forma de distribuição espacial da população do passado colonial à actualidade para melhor compreender a perspectiva histórico- geográfica das várias formas de reassentamentos e os padrões de assentamentos humanos e as variáveis explicativas da sua disposição.
- Identificar as tendências actuais de reassentamento e suas implicações na consolidação de padrões de assentamentos humanos no distrito de Bárue.
- Descrever o processo de reassentamento humano, incluindo a tomada de decisão e selecção do novo local.
- Identificar e caracterizar os actuais padrões de (re)assentamento e suas formas de organização no espaço.

3. EM FORMA DE HIPÓTESES

1. Os recentes processos de deslocação e reassentamento da população no distrito de Bárue têm como causa , sobreposta a todas as outras, a guerra terminada;
2. A dinâmica e o tipo de movimentos de retorno influenciam o tipo e o processo de reassentamento humano;
3. A variável "origem " é um factor dos mais importantes na relocalização espacial da população no distrito;

4. No espaço rural de Bárue existem dois padrões de assentamentos: o disperso, que é o resultado, por um lado, de processos de procura de terras agrícolas mais eficientes e da organização sócio - cultural, por outro, como resultado das condições de recursos e de relevo e; o agrupado que é o resultado da edificação das aldeias "comunais" a partir de 1975 , e de povoações comerciais e sedes administrativa e de regulados..

4. METODOLOGIA USADA NA INVESTIGAÇÃO

A seguir faz-se a descrição da metodologia de investigação que serviu para alcançar os objectivos definidos. Faz-se também menção às técnicas utilizadas para a recolha e tratamento da informação. Eis a descrição dos procedimentos e a análise das fontes.

4.1 PROCEDIMENTOS

Os procedimentos estruturam-se em diferentes etapas, cada uma das quais procura ir ao encontro de um ou mais objectivos específicos.

1ª etapa: escolha do tema e da área de estudo

Este estudo começou com a escolha do tema que, após diversas consultas e leituras, recaiu sobre os assentamentos humanos rurais em particular os reassentamentos rurais. Posteriormente, seleccionou-se a área de estudo; Bárue foi o distrito escolhido.

2ª etapa: preparação do projecto

Nesta etapa fez-se primeiro uma procura e selecção de obras e relatórios relacionados com o tema, que serviram para obter as bases teórico- conceptuais para

o projecto e para o próprio trabalho. Nesta fase destaca-se a definição dos objectivos e da escolha dos métodos e técnicas ¹a serem utilizadas para alcançar os objectivos definidos.

E, como o trabalho aborda o aspecto da redistribuição espacial da população rural e porque o objectivo geral é descrever os processos da movimentação e do reassentamento da população em resultado da guerra e identificar as razões da escolha dos lugares, optou-se pela recolha directa da informação através de entrevistas e da observação directa.

3ª etapa: **selecção das sub- áreas de estudo** (mapa 4)

O distrito de Bárue possui 30 povoações/aldeias² rurais. Destas, 19 (63%) localizam-se na região planáltica (Este do distrito) e 11(37%) na região topograficamente mais acidentada (Oeste do distrito). É de salientar que, das 19 povoações localizadas na região planáltica, 12 são de acesso fácil durante quase todo o ano. Todas as 11 povoações localizadas na região montanhosa são de difícil acesso durante quase todo o ano.

Após uma entrevista exploratória com o administrador distrital sobre a dinâmica e magnitude do reassentamento nas diversas povoações do distrito, escolheu-se duas povoações para a realização das entrevistas e da observação directa:

¹ O método não se inventa. Depende do objecto de estudo (Cervo & Bervian, 1983:23)

² Define-se povoação como qualquer forma de habitação humana, geralmente implicando mais do

- Povoação de Nhacapanga, que localizada na região montanhosa, é uma das que registou mais refugiados regressados espontâneos;
- No extremo oposto (região planáltica), está a povoação de Nhacangale, uma das que recebeu refugiados regressados espontâneos e organizados, mas com predominância dos organizados (mapa 4).

Também foram realizadas entrevistas em duas povoações com alto número de refugiados regressados, concretamente, nas povoações de Cruzamento de Macossa (vulgo Fudze) - 3 entrevistas colectivas guiadas e de Nhassacara -4 entrevistas individuais.

4ª etapa: entrevistas

As entrevistas foram dirigidas a informadores chaves e actores sociais (refugiados regressados e deslocados internos).

Para o efeito utilizou-se um guião de orientação temático, conforme os objectivos da recolha de dados com o intuito de, por um lado, orientar o diálogo com os informadores e por outro, facilitar a organização e análise de informação. Eis os grandes temas da entrevista:

I) Experiência pessoal de mudança de residência II) Tomada de decisão para a instalação na actual residência/povoação III) escolha do actual local de residência/povoação e suas características IV) Processo de mudança e de reassentamento V) Tipo de ocupação e posse da terra VI) Organização e estrutura da povoação/aldeia (ver anexo nº 1 (único) com o guião usada para as entrevistas).

que uma residência (...)(Smal and Witherick, 1992:209).

Outros métodos e técnicas utilizadas foram:

- **Observação directa** (pesquisa e levantamento de campo). Envolveu uma observação sistemática e concentrada³ a questões do reassentamento populacional, suas formas de desenvolvimento e arranjo no espaço. O "in loco" foi de 5W/H⁴ e segundo alguns princípios da geografia: causalidade, conexão e extensão/ localização. Foram visitados alguns campos de produção agrícola e uma povoação localizada numa antiga base da Renamo (na margem esquerda do rio Inhazónia). Nesta povoação foram colocadas algumas questões sobre o que se via (do ponto de reassentamento e organização espacial da população) .

- **Método comparativo**

Consiste na identificação das semelhanças e diferenças ao nível espacial e/ou temporal de um dado fenómeno, encarregando-se a ciência geográfica de explicar tais disparidades e/ou semelhanças.

O método comparativo serviu basicamente para diferenciar os (re)assentamentos em Moçambique, do passado colonial à actualidade, assim como diferenciar e explicar as disparidades quanto aos reassentamentos e padrão de assentamentos humanos verificados nas duas sub- áreas de estudo e, em particular nas duas regiões geográfica (morfológicas) do distrito.

-**Método cartográfico**

No presente trabalho, este método foi empregue na apresentação da delimitação espacial da área de estudo e das sub - áreas para a realização do trabalho de campo. Serviu também para ilustrar os principais padrões de assentamento humanos no distrito.

³ Isto fez-se no mesmo período da realização das entrevistas.

⁴ Os cinco W referem-se a: Who, Whom, Why, Where, When (Adam, Y., 1997. Cadeira de Práticas de

-Método estatístico

Este método consistiu na recolha e interpretação de dados quantitativos sobre os fenómenos em estudo, particularmente os referentes à população

- Método descritivo geográfico

Deve-se a este método a caracterização da área e das sub-áreas de estudo.

5ª etapa: tratamento da informação

A informação das entrevistas foi escrita em papel (A4) pelo próprio autor deste documento.

Devido ao carácter social e pragmático do tema (reassentamento populacional), a informação recolhida foi analisada qualitativamente e o seu processamento envolveu processos manuais.

4.2 ANÁLISE DAS FONTES

-Bibliografia

Não existe nenhuma bibliografia que diga respeito, especificamente, ao distrito de Bárue sob o aspecto de reassentamento humano. Localizam-se apenas alguns documentos que referem aos usos e costumes assim como alguns aspectos da história do distrito, sendo de destacar " História e produção agrícola do distrito de Bárue" (SNMA/ÁRPAC, 1982) e "The Barue rebellion of 1917:A heightened Zambeziian consciouness pg. 156-185, Chaper 7" (Isaacman, 1976). In ... (Isaacman, 1976).

A partir destes dois trabalhos obteve-se uma pequena informação relacionada com a história e aspectos sócio-culturais da população do distrito.

A obtenção de informação sobre o processo de reassentamento é necessária na medida em que facilita a aplicação sustentada de programas de desenvolvimento rurais. Após a guerra terminada, foram realizadas várias investigações sobre os reassentamentos. Entre os trabalhos sobre Moçambique destacam-se os estudos realizados por: Wilson(1992); Silva(1993); Yachan, Muchangos e Muzembe (1994); Lauriciano and Waterhouse (1994) e Negrão et all (1997). O processo de reassentamento tem sido tratado, embora superficialmente nos jornais e revistas. Mas nenhum destes estudos aqui referidos aborda, de forma específica, o distrito de Bárue.

Em relação ao continente africano foram localizadas algumas obras sobre o assunto, sendo de destacar as obras de Harrel-Bond (1986) sobre "Returnees and refugees-Uganda" e Allen & Morsink (1994) sobre "When refugees go home". Nestas obras , os autores fazem uma análise do processo de reassentamento e reintegração social de refugiados regressados em vários países africanos.

Sobre o tema à escala mundial, existe uma vasta bibliografia donde se destacam obras como:

Barreto (1959) sobre "Povoamento e população: política de população brasileira " obra esta desactualizada em 40 anos; Daniel and Hopkinson (1989) sobre "The geogrophy of settlement" e Araújo (1997) sobre "Geografia dos povoamentos.

Assentamentos rurais e urbanos" onde se destaca o capítulo que fala sobre os assentamentos rurais. É de salientar que esta obra não só analisa as formas de assentamento humanos rurais em Moçambique e África, como também dá menção aos vários tipos de assentamentos no Mundo.

Entre as obras consultadas para o esclarecimento do conceito de reassentamento populacional destacam-se Silva (1993) e Negrão et al (1997). Estes autores, abordam sob vários ângulos os processos de reassentamento, tipos e os factores que determinam a escolha dos lugares e aos padrões de (re)assentamento.

-Entrevistas

Devido a inexistência de informação sobre o distrito na matéria de reassentamento, entrevistaram-se informadores chaves (refugiados regressados e deslocados internos).

No total foram 29 entrevistas, das quais 17 individuais e as restantes 12 colectivas⁵. Participaram nas 29 entrevistas 77 actores sociais, sendo 20 mulheres e 57 homens todos com experiência pessoal de mudança de residência e tendo sofrido vários processos de deslocamentos forçados.

As entrevistas tinham como objectivo recolher informação qualitativa para, por um lado, complementar a informação retirada em certos documentos, por outro para trazer respostas aos objectivos da presente investigação.

⁵ A entrevista colectiva era realizada na casa (muita) de um dos entrevistados do grupo e o objectivo desta era colher as diferentes percepções e opiniões sobre o reassentamento.

Os entrevistados mostraram-se bastante receptivos à entrevista e prestaram informações bastante úteis para o trabalho. Metodologicamente foi escolhida uma amostra aleatória e, tanto quanto possível, representativa de diferentes categorias sociais dos refugiados regressados e deslocados internos. É de salientar que cada entrevista, seja individual como colectiva, era precedida de uma explicação detalhada sobre os objectivos da pesquisa. As entrevistas (entrevistas individuais) foram realizadas na casa (muitas) dos entrevistados com a presença do entrevistador (próprio autor do trabalho) utilizando a língua local. A sequência da entrevista, embora fosse previamente estabelecida no guião, dependia do entrevistado, podendo saltar de um tema para outro ou aproveitar uma passagem para aprofundar um tema que não foi devidamente explicado.

A escolha dos entrevistados foi aleatória. A entrevista individual tinha a duração média de 35 a 70 minutos e a colectiva 45 a 90 minutos.

As mesmas perguntas foram colocadas por diversas vezes a distintos entrevistados para testar a veracidade de algumas informações. Verificamos que o material obtido com estas entrevistas (colectivas) que agrupam indivíduos que sofreram dinâmicas de reassentamento distintos, revelaram-se como um importante contributo para o enriquecimento da informação.

A observação directa incluindo as visitas aos espaços residencial e produtivo foram uma parte complementar das entrevistas enquanto meios para adquirir uma informação visual que orientou a colocação de certas perguntas. A observação directa foi particularmente importante na identificação dos padrões de assentamento e de núcleos isolados de reafixação populacional

5. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

5.1 TEORIA GERAL DAS FORMAS DE POVOAMENTO (ASSENTAMENTOS HUMANOS)

Negrão et all (1997:17) e Araújo(1997:13) definem povoamento ou assentamento humano, a forma como a população ocupa, organiza-se e utiliza um determinado espaço. Esta definição implica conceitos de dimensão, de estrutura e de forma do espaço residencial, de uso do solo e das relações que se estabelecem entre a população e o espaço físico.

Segundo Negrão et all , a forma concreta dum assentamento humano resulta de um conjunto amplo de características referentes a uma região particular, definindo de forma coerente como a população ocupa esse espaço; tal ocupação é determinada pela acção de diversos factores salientando-se como principais, por um lado, as condições naturais e de recursos (Solo, as fontes de água, topografia, etc) e, por outro, a forma como são organizadas a produção material e cultural, e a reprodução das condições de vida dessa população; o conjunto de tais factores e características determinam um assentamento concreto particular, ou um Padrão de Assentamento ⁶(Negrão et all, 1997:7 e segs.).

Para Small & Witherick, povoamento é uma forma de exploração, de colonização e fixação dum grupo de indivíduos num determinado espaço até agora despovoado ou

⁶ O Padrão de Assentamento refere-se ao caracter intrínseco da distribuição espacial da população, isto é, se é uniforme, aglomerado ou se apresenta uma dispersão regular (Small & Witherick, 1992:191). Para Negrão et all (1997:7-8, citando Borges Coelho, 193:16), os factores que determinam um padrão de assentamento humano não são dados mas, antes, construídos ao longo do tempo ; e neste sentido, o padrão de assentamento resulta de uma espécie de sedimentação dos processos históricos vividos pelas comunidades envolvidas, ié, o assentamento é definido como conceito com história

escassamente povoado, especialmente por grupo de emigrantes, que assim vão formar um "novo" espaço social (Small & Witherick, 1992:209).

No seu livro "População e povoamento: *Política de população brasileira, 1959*", Barreto diferencia Povoamento de Colonização. Diz ele a certa altura " (...) povoar é ocupar novos espaços de terra a que o próprio crescimento natural de um grupo humano pode dar lugar, seja uma tribo ou etnia; colonização⁷ é o povoamento racionalizado, ou como acontece nas regiões já povoadas, é a metodização, a redistribuição do povoamento, a racionalização do processo" (Barreto, 1959:520 e segs.).

Portanto, os assentamentos humanos e a forma como se organizam no espaço, são fenómenos dinâmicos que adquirem características próprias de acordo com o desenvolvimento sócio- económico e cultural do grupo humano, das condições naturais, da estabilidade e instabilidade políticas, do quadro legal e de organização político- administrativa territorial e da forma como o grupo humano se relaciona com a terra (Negrão, 1997:7-8; Araújo, 1997:14-15). A construção do espaço residencial e produtivo depende daqueles aspectos.

⁷ O termo "colonização", quando empregue por geógrafos actuais da área da geografia humana não tem sentido político e o seu objectivo principal é fixar o homem à terra, conferir posse da terra para os que a trabalham (Claval, 1987); constitui uma das soluções do problema do nomadismo das populações e facilita a adopção das inovações tecnológicas (Bruce, 1995)

5.2 ESCOLHA DA LOCALIZAÇÃO DOS LUGARES E SUAS CARACTERÍSTICAS

Até meados deste século, fruto ainda do determinismo geográfico, consideram-se como determinantes da localização, e organização dos assentamentos populacionais as condições físicas tais como: geomorfológicas, climáticas, topográficas, hidrológicas, etc ; eram também estes factores que, segundo esta perspectiva, determinavam as formas de uso e posse da terra , o tipo de produto cultivado e os minerais para explorar (Daniel & Hopkinson, 1989:13; Araújo, 1997:15).

Não menosprezando a influência dos factores físicos na escolha das localizações, os geógrafos defendem que, actualmente, é possível desenvolver qualquer tipo de assentamento numa determinada paisagem⁸, sem que as características físicas interfiram de forma determinante; entretanto, a verdade é que algumas localizações são preferidas em certos locais em função das vantagens que oferecem (Daniel & Hopkinson, 1989:15; Araújo, 1997:15). É mais fácil, por exemplo, construir numa planície que numa região montanhosa, ou ainda, mais viável e fácil edificar um espaço residencial próximo das fontes de água ou em solos férteis.

Os factores que actualmente têm mais peso na escolha das localizações dos lugares residenciais são os culturais e económicos; o desenvolvimento e a forma de ordenamento dos assentamentos no espaço dependem do nível técnico-cultural e dos

⁸ *Os homens, criam formas sociais, entre as quais as espaciais, habitacionais, etc, mediante a produção ou a formação de valores que, orientando os comportamentos, incutem atitudes e fundando instituições (sociais), dão uma determinada configuração ao espaço e à natureza (Casal, 1996:23).*

recursos à disposição do grupo social (Claval, 1987:119-120; Daniel & Hopkinson, 1989:13; Araújo, 1997:15).

Quando um grupo se instala num determinado espaço, define o *Situ*⁹, isto é, escolhe o lugar onde se inicia a implantação residencial daquele grupo (Araújo, 1997). O *Situ* (Sítio) é escolhido em função da geografia da produção, isto é, em função da actividade económica principal que o grupo exerce (Valentei, 1987: 61; Araújo, 1997:15). Também Adepoju & Mbugua admitem existir uma inter-relação entre a cultura africana, a actividade principal da maioria da população africana e o tipo de assentamento humano: "na cultura tradicional africana onde as actividades agro-pecuárias são a actividade económica principal para o consumo e, raras vezes, para venda, os assentamentos humanos são agrícolas, isto é, os assentamentos têm em conta a disponibilidade, localização e qualidade da terra para aquelas actividades (Adepoju & Mbugua, 1997:47).

A dimensão do "Situ" corresponde ao número de pessoas que se instala de início, assim como ao tipo de actividade que vai ser desenvolvida. "O situ de um assentamento agrícola será maior que o de um comercial, porque o agrícola necessita de espaço para cultivar; a expansão do situ dá-se com o crescimento natural da população ou mesmo com a imigração" (Claval, 1987:37 e segs; Araújo, 1997:15). Segundo Araújo (1997), para que seja possível procurar definir o situ

⁹ O *Situ* (Sítio) é um termo utilizado em geografia para indicar o terreno coberto pela área edificada de uma povoação; as suas características físicas (topografia, hidrografia, de alinhamentos, etc) desempenham um papel importante, mas não determinante, na modelação da estrutura e forma da área edificada (Small & Witherick, 1992:236).

(Sítio) adequado para um grupo específico de população, deve procurar saber-se o seguinte:

" - Que condições são necessárias (na sua experiência) para o sítio ideal do grupo, de acordo com as actividades que desenvolve e com a sua cultura?

- Que grau de escolha está a disposição do grupo? Isto é, quanto é que o grupo está disposto a comprometer a sua versão ideal de situ face aos constrangimentos reais?

- Porquê, como e por quem são tomadas as decisões no grupo?"

(Araújo, 1997: 16).

Os factores de localização do situ variam a sua importância relativa ao longo do tempo. Os requisitos básicos para a escolha do sítio inicial de instalação de um grupo de agricultores, por exemplo, serão a existência de fontes de água, de terra arável, combustível doméstico, material de construção, ..(Barreto, 1959:277 e segs; Claval, 1987:115-119; Daniel & Hopkinson, 1989:13-15; Araújo, 1997:16).

Apesar de as condições físicas não serem determinantes na localização e desenvolvimento dos assentamentos humanos, como atrás referimos, a importância relativa destas aumenta quando as técnicas empregues pelo grupo populacional são elementares.

5.3 ESPAÇOS RURAIS E URBANOS

Não é fácil definir espaços geográficos como rurais ou urbanos. Os conceitos são diferentes de país para país, e até dentro do país podem variar de época para época, de acordo com o desenvolvimento social e económico, mesmo tendo em atenção as características específicas dos espaços a que se pretende aplicar (Barreto, 1959:330; Araújo, 1988:158).

" Isto significa que, num determinado sistema de povoamento (de assentamentos humanos), devem procurar definir-se alguns indicadores a ser utilizados, através dos quais se vai considerar como espaço rural ou urbano (ou como assentamento rural e urbano), numa determinada fase do desenvolvimento das forças produtivas da sociedade em estudo, tendo sempre em atenção que a população ocupa sempre um espaço geográfico definido, sobre o qual exerce sua influência transformadora, através da interacção do homem com o meio geográfico; isto significa que as formas de povoamento são dinâmicas; as relações entre localização, maior ou menor acumulação de populações e bases económicas, históricas e culturais do povoamento variam segundo os meios de civilização e de desenvolvimento" (Araújo, 1988:159; 1997:18-19).

Segundo Barreto, o que caracteriza essas duas grandes divisões fundamentais da população é o carácter das suas actividades, dos costumes, dos modos de vida e não propriamente a aglomeração (o número de habitantes da comunidade); a população rural é a população das largas áreas agrícolas e pastoris que são portadoras de costumes e um substrato psicológico rural (cultura rural), que liga ao seu viver os

animais, as plantas e os instrumentos de trabalho, inclusive a terra na qual se radica e os fenómenos da natureza com os quais tem os mais íntimos contactos (Barreto, 1959:339).

Para Araújo "o campo de interacção dos povoamentos rurais centra-se na agropecuária e em outros fenómenos espacialmente contínuos a esta (...)." (Araújo, 1997:19, citando Smirnov, 1972).

O espaço urbano caracteriza-se pelo carácter dos seus aglomerados, densificação de ocupação do espaço, de serviços maioritariamente terciários; traduz-se num modo de produzir, viver, habitar, de trocar e de consumir específicos (Matucho, 1996:8 citando Castells 1977).

Segundo Araújo (1997:117 e segs), os centros urbanos africanos, como sucede em Moçambique, não se desenvolvem em rotura com o meio rural; as ligações entre as populações dos perímetros da maioria dos centros urbanos de África e, em particular, os de Moçambique, traduzem-se nas actividades agro-pecuárias. Além disso, o urbano desenvolve-se à custa do rural.

Nos países industrializados, devido ao fenómeno da globalização e rurbanização, os limites entre o rural e o urbano vão-se tornando menos nítidos, pois as populações rurais dia a dia vão adquirindo características nitidamente mais urbanizadas¹⁰,

¹⁰ Diversas autores como Small & Witherick (1992:60-61); Davis and Bernstam (1991:148) convergem ao assumir que, nos países mais industrializados e/ou mais urbanizados, existe o fenómeno chamado "continuum Rural-Urbano" que consiste no facto de, nestes países, ter deixado de haver, em termos físicos e sociais, uma divisão clara entre o campo e a cidade; há sim uma gradação de uma para outra, não havendo um ponto definido onde se possa dizer que termina o modo de vida urbano e começa o modo de vida rural; a indefinição de fronteiras deve-se em grande medida do impacto da urbanização ultrapassar os limites da extensão urbana, constituindo-

enquanto nos países em desenvolvimento, onde os espaços rurais ainda são predominantes, ainda é possível encontrar fronteiras, mais ou menos nítidas, entre estes dois espaços geográficos (Davis and Bernstam, 1991:148; Araújo, 1997:53-54).

Considerando que a população rural é aquela que " (...) vive no campo e, para a maioria dos casos, do campo " (Araújo, 1988:162 citando George, 1976:165), a população moçambicana é essencialmente rural, vivendo em contacto com as realidades e de harmonia com os ritmos da terra (Araújo, 1988:162).

5.4 TEORIA DO REASSENTAMENTO

Desde a história da humanidade, famílias e comunidades têm-se reassentado por várias razões. Nos países em desenvolvimento, os governos coloniais desencadearam vários cenários de (re)assentamento com vista a alcançar o crescimento económico (Silva, 1993:1 citando Chamber, 1969).

Negrão et all (1997:7) define reassentamento "como processo pelo qual uma determinada comunidade reocupa um determinado território que considera seu; o conceito ostenta um prefixo de repetição e pressupõe a existência prévia de um processo de assentamento" (veja ponto 5.1 sobre a teoria dos assentamentos humanos).

Silva (1993:4-5), citando vários autores apresenta as seguintes definições do

se num fenómeno de decréscimo com a distância.

conceito "reassentamento", próximas nos seus conteúdos e, em particular, com a definição apresentada por Negrão et all (1997:8):

"- Historicamente, reassentamento é usado para cobrir a ideia de *retorno* de pessoas para uma área onde já estavam, ou onde se supõe elas terem vivido (OED, 1989).

- Bridger (1962) define reassentamento como a *transferência de população* de uma área para outra, num processo *planeado*, com o objectivo de melhorar os padrões de vida. Belshaw (1964) descreve este fenómeno como um *projecto planeado e controlado de transferência de populações* de uma área para outra. Aphorpe (1966) afirma que os (re)assentamentos agro-pecuários (e baseados na Terra) podem ser considerados como uma subdivisão de *mudanças sociais planeadas que incluem necessariamente movimentos populacionais, selecção populacional e do lugar e controlo populacional*.

- Chamber (1969) sugere que reassentamento é caracterizado por duas formas: *Movimento populacional e elementos de controlo e planificação*".

Para se entender melhor as definições apresentadas, podemos citar Negrão et all (1997:8) quando refere que:

" Falar em reassentamento de uma população implica que a forma de assentamento preexistente , no mesmo ou noutra território (e tal como definimos Assentamento humano atrás), foi quebrada por razões e maneiras que podem variar amplamente; entre o assentamento e o reassentamento existe, assim, uma movimentação da população em causa (normalmente como uma rotura) a que chamamos deslocamento. O processo de deslocamento refere-se , assim, à fase que medeia

entre um assentamento anterior e uma fase posterior na qual se poderá considerar essa população como reassentada¹¹”.

Portanto, no processo de reassentamento populacional está envolvida uma mudança de ocupação do território pela população, tendo motivações para os seus iniciadores e fins a serem alcançados (...) (Carrilho, 1992:1).

Uma vez que Assentamento, Deslocamento e Reassentamento são conceitos de sequência linear no tempo, a partir de quando se considera uma *População Assentada*? Segundo Negrão et al, considera-se que uma população está assentada quando é capaz de garantir a sua existência nesse território, ou seja, a produção material e cultural, a reprodução das condições dessa produção; esse é um laço invisível mas constante, que liga essa população ao seu território de uma determinada maneira¹² (Negrão et al, 1997:8).

¹¹ O reassentamento pressupõe condições “definitivas” (ainda que, internamente, em constante transformação) de um assentamento. As formas de assentamento provisório são consideradas como ainda de deslocamento ou refúgio, devido às condições precárias, em que essa população não se encontra capaz de garantir “normalmente” as condições de vida. Frequentemente, essas formas tendem a adquirir características mais definitivas, de verdadeiros padrões de assentamento de tipo novo: Exemplo disso são os bairros de comunidades deslocadas nos subúrbios das cidades, que com o tempo perdem o seu carácter provisório (Negrão et al, 1997:8-9).

¹² Entre o espaço e a sociedade existem vínculos tão estreitos que a sua dissociação constitui um grande risco de desagregação social e uma ameaça para a reprodução social. A adequação histórica entre o social e o espacial define um padrão específico e particular de inter-relação população - território e, é desta correspondência que nasce a identidade entre os homens e a terra, (...) (Casal, 1996:27-27). A forma de estar no espaço é algo que faz parte do conjunto das tradições de qualquer sociedade (Araújo, 1988).

Conforme as citações anteriores, surgem as seguintes questões dentro do contexto de reassentamento:

" - A população redesloca-se (movimenta-se). Que movimento, causas e influência na dinâmica do reassentamento?

- Qual população é alvo deste movimento?

- De onde e para onde?

- Por que motivações e para que fins?

- Como se processa o reassentamento?"

(Carrilho, 1992:1-2; Negrão et al, 1997:1 e segs)

Segundo Barreto (1959:5), " verdadeiros deslocamentos de povos (...) puderam ser observados nas duas Grandes Guerras que a primeira metade do século XX presenciou; cerca de 21 milhões de pessoas foram movidas dos seus lares e locais de origem, somente na Europa. Os movimentos voluntários, lentos e contínuos são, ao contrário, deslocações de populações em busca de desafogo, de padrões de vida mais elevados, constituem um processo consciente (...)".

" Os grandes projectos de deslocamentos, reassentamentos e reintegração (social) abrangem os deslocados internos , refugiados regressados¹³ e militares

¹³ A diferença entre refugiados (deslocado externos) e deslocado internos justifica-se pelas grandes diferenças de estatuto e condição entre as duas categorias. Uma primeira diferença está no facto dos refugiados se virem a submeter à influência de políticas distintas e independentes, nos países vizinhos, tendo o seu estatuto alterado para o de cidadão estrangeiro e, quase sempre provisório, no país que os recebeu, enquanto que os deslocados internos continuam no seu país, pelo menos formalmente submetidos à orbita do mesmo Estado. A segunda diferença está em que o estatuto de

desmobilizados" (Silva, 1993).

Para entender o conteúdo do parágrafo anterior, citamos a seguir Wilson & Nunes, quando referem que:

" Um fim de Guerra representa para qualquer Governo, um duro trabalho de (re)assentar, (re)localizar deslocados internos, refugiados regressados e soldados desmobilizados e providenciar a estes grupos serviços básicos e factores de produção para a sua vida económica". (Wilson & Nunes, 1994:220, citando World Bank, 1990b:4.).

O continente africano, com cerca de 7 milhões de refugiados e 20 milhões de deslocados internos, é a região com mais refugiados do que qualquer outra do mundo, nas últimas três décadas (Jornal Notícia do dia 16/12/98, citando Omar-El-Bashir, Presidente sudanês na conferência sobre Refugiados).

" Um grande movimento excepcional foi o regresso de 200 000 refugiados para Argélia em 1962. O movimento foi descrito como espontâneo; os Governos de França, Argélia, Tunísia e Marrocos facilitaram o processo de retorno e o ACNUR teve um papel limitado; devido à causa (guerra) e ao carácter do movimento, não foi possível distinguir, no terreno, refugiados regressados da população dos deslocados internos" (Allen & Morsink, 1994:2).

refugiado é mais "formal", correspondendo quase sempre a uma residência provisória também formal -Campos de Refugiados- rodeados pela população do país em causa e, residência datada. Por essa razão, os refugiados são, em princípio mais vulneráveis (normalmente sem ligações ou laços de parentesco com a população envolvente) estando, assim, mais dependentes da ajuda de emergência. Os deslocados internos tendem a procurar familiares ou, pelo menos, falam frequentemente a mesma língua da população que os recebe. Em Moçambique, esta argumentação é forçosamente atenuada pelos laços étnicos e culturais existentes entre as populações fronteiriças

Entre os anos 1960 e 1990, o número de refugiados na região austral de África alcançou cerca de 1,2 milhões de pessoas, isto é, 1 em cada 50 era refugiado e 1 em cada 20 era deslocado interno; a maioria dos refugiados e deslocados (internos) tinha vindo das áreas rurais, devido a guerras civis (Wilson & Nunes, 1994:127-9).

A natureza e a forma do deslocamento, segundo Negrão et al (1997:1), são elementos que influenciam profundamente a dinâmica do reassentamento. O autor considera três perspectivas de análise do processo de deslocamento: Causas, intensidade e perspectiva comunitária.

As razões porque uma comunidade quebra as relações estáveis que a liga a um determinado território- e que caracteriza o assentamento- ou seja, as causas de início de um deslocamento são: catástrofes naturais (cheias, fome, secas, terremotos), as guerras, as perseguições (étnicas, raciais, políticas e religiosas) e os grandes projectos de desenvolvimento (albufeiras, grandes estradas ou aeroportos, etc) (Silva, 1993:18-19; Negrão et al, 1997:10 citando Cernea, 1993b:379).

Em África, os grandes programas e projectos de reassentamento devem-se, fundamentalmente, a guerras civis e programas de desenvolvimento económico ; estes (programas e projectos) agrupam-se em dois grandes grupos: reassentamento da população (civil) e reintegração de soldados desmobilizados (Silva, 1993:2; Wilson, 1994:168-170).

(Negrão, et al, 1997:19).

As causas e a intensidade do fenómeno de deslocamento têm relação estreita com a forma como as comunidades (protagonistas do deslocamento) se posicionam face a ele. Face a esta constatação, os deslocamentos podem ser *voluntários e involuntários*. Na maioria dos casos, deslocamento como uma rotura é um processo contrário à vontade das comunidades, que se inclinam normal e "conservadoramente" para a permanência naquele que consideram seu território¹⁴. O deslocamento é, portanto, na maioria dos casos, um processo forçado (Negrão et al, 1997:10).

" Se tomarmos em conta que o assentamento é "exercido" pela comunidade por meio de relações de poder que determinam as regras de acesso, produção e reprodução dos recursos, é provável que um deslocamento forçado provoque desarticulação das relações de organização e poder que estruturam essa comunidade. Pelo contrário, um deslocamento voluntário é normalmente decidido e planeado pela comunidade através dos seus órgãos de decisão e assim, embora se desloque, essa comunidade mantém a sua estrutura e pode reassentar-se de uma forma menos traumática, ainda que tal reassentamento tenha, obviamente, impacto nas relações de poder¹⁵ " (Negrão et al, 1997:10-11).

¹⁴ Guggenheim & Cernea (1993:3) citados por Negrão et al(1997:10) consideram como principais distinções entre reassentamento voluntário e involuntário as seguintes: 1) No segundo estão praticamente ausentes os factores de atracção, predominando os que obrigam as comunidades a partir; 2) o primeiro envolve uma população mais "nova" (com energia para partir) enquanto que o segundo é indiscriminado a este.

¹⁵ A noção de deslocamento implica uma inter-relação entre movimento e relações de poder, e o poder é dependente da produção e controlo de espaços específicos e do movimento dos sujeitos no interior e entre esses espaços; por outro lado, os deslocamentos planeados são frequentes nas sociedades rurais africanas; por exemplo, o crescimento excessivo das aldeias ou ainda a falta de espaço para produzir, obriga parte da população a partir para outros territórios e fundar aí novas

Os grandes fenómenos de deslocamento e reassentamento experimentados pela população moçambicana têm como causa quase exclusiva, a guerra recentemente terminada, que afectou todas as províncias e quase 40 % dos moçambicanos de forma directa (Negrão et al, 1997:12).

O que leva as populações a reassentar-se num determinado lugar?

“Os factores culturais e político-administrativo são cruciais para entender o reassentamento e a interacção destes factores é intrínseco para entender a natureza da realocização; o tipo de reassentamento depende do tipo de movimento populacional e dos objectivos políticos” (Silva, 1993:5 citando Scudder and Colson, 1979).

Para clarificar o parágrafo acima, consideramos apropriada a explicação do Negrão et al (1997:25):

“ 1) As comunidades deslocadas tendem a reassentar-se nas zonas de onde partiram por razões culturais e de segurança. Ali, naturalmente, há mais possibilidades de se desenvolverem as ligações de parentesco e familiares rompidas pelo deslocamento; 2) As políticas do Estado e as ligadas ao desenvolvimento local (infra-estruturas sócio-económicas como Saúde, Educação, Estradas, (...)) e acesso aos recursos (fonte de água, fertilidade do solo, etc) são outros factores que estão na escolha e realocização das populações num determinado lugar ”.

Silva, numa perspectiva de desenvolvimento e relacionando dinâmica do processo de reassentamento versus assistência, define três categorias de reassentamento:

povoações/aldeias (Negrão et al, 1997:11 citando Stepputat, 1995:1).

" - (Re)assentamentos criados por deslocamentos espontâneos, virtualmente sem a intervenção do Governo;

- (Re)assentamentos criados por deslocamentos espontâneos, facilitados por Agências governamentais (NAR) e outras (exemplo ONG's, ACNUR), através da provisão do Situ, facilidades de serviços sociais e agro-pecuários à população;

- (Re)assentamentos criados por realocação compulsiva, como resultado da construção de empreendimentos económicos ou por razões políticas" (Silva, 1993:5-6).

Silva (1993:10 e segs) e Wilson (1994:219-220) afirmam que os grandes programas de reassentamentos e reintegração de refugiados e deslocados (internos) em África, são enquadrados nos esquemas de reassentamentos agro-pecuários.) (tradução livre do autor) .

Betts (1981) citado por Silva (1993:7); Rogger (1994:38) e Wilson (1994:172), examinaram o reassentamento de refugiados rurais em vários Estados de África, tendo notado que "(...) a maioria dos deslocamentos e assentamentos eram voluntários e espontâneos, que muitos movimentos levados a cabo não eram repatriamento, que eram assentamentos baseados em actividades agrícolas preferencialmente nas áreas de origem e de proximidades étnico- linguísticas".

Chamber (1976) reportou que dos cerca de 2 milhões de refugiados em África, apenas 14% estava em assentamentos organizados e 26% em assentamentos

espontâneos recebendo alguma assistência. Isto significa que a maioria de refugiados estava em assentamentos não assistidos (Silva, 1993:8 citando Chamber, 1976).

Cuny and Kalemba , classificam os assentamentos espontâneos, como controversos e caracterizados pelos seguintes aspectos:

- " - Movimentos de retorno não "espontâneos" mas altamente organizados e planeados pelos próprios refugiados, numa base colectiva ou individual;
- Movimentos "não voluntários " no simples senso da palavra porque estes movimentos representam um esforço por parte dos refugiados para superar problemas via " TERRA DE ORIGEM" porque a situação no exílio não era esperançosa a longo termo, exemplo, falta de terras, insuficiência de alimentos (de carácter donativo e de emergência), (...).
- Muitos movimentos não foram "repatriamento" porque não houve estabelecimentos de quaisquer vínculos oficiais entre Estados e os refugiados" (Wilson, 1994:172-180, citando Cuny & Kalemba, 1971, 1973, 1988 e 1990).

Reassentamentos acontecem em todo o mundo à medida que aumenta a intervenção dos Estados no "desenvolvimento". Aqueles são usados para alcançar objectivos demográficos (redistribuição espacial da população), económicos, político-sociais e ambientais. Em África, como sucede em Moçambique, os objectivos políticos e económicos são mais relevantes (Silva, 1993:7-10).

Os objectivos demográficos (redistribuição espacial da população) visam alterar, a longo- prazo, o ratio entre a população e a terra (Pankhurst, 1992, citado por Silva, 1993:9); encontrar o equilíbrio população - recurso, isto é, o óptimo de povoamento (Claval, 1987:7-8), como operações de reordenamento sócio- espacial do meio rural (Casal, 1996:53-54).

Muitos estudos têm sido feitos para avaliar o sucesso dos programas de reassentamento. Diversos cientistas sociais consideram que muitos dos ambiciosos programas de reassentamento rurais aos refugiados , em África, foram mal sucedidos devido a:

- Pobreza de conceptualização (falta duma instrução prévia do pessoal e de incorporação de conhecimentos culturais e desejos da população afectada) (Silva, 1993:11);
- Ausência de envolvimento dos reassentados nas decisões sobre o lugar preferido. Os programas de reassentamentos rurais são impostos de cima e qualquer programa sem consulta dos beneficiários falha; os desejos para escolher o seu lugar de habitar e os seus costumes são ignorados (Harrel-Bond, 1986; Casal, 1986; Araújo, 1988);
- Os deslocados internos são, usualmente, considerados pelos Governos como estando seguros ou fora da categoria dos refugiados, daí o seu reassentamento não ser administrado na perspectiva de desenvolvimento (Silva, 1993:11, citando Chamber, 1976);

- A planificação dos assentamentos rurais representa programas de desenvolvimento a longo-prazo. Tradicionalmente, as ajudas aos refugiados são incorporadas em projectos de emergência e não são incluídos nos programas de desenvolvimento (sócio-económicos) a longo-prazo dos respectivos Governos (Wilson, 1994:222; Silva, 1993:11 citando Chamber, 1976).

O processo de reassentamento e reintegração não é uma simples mudança de lugar de um conjunto mais ou menos grande de pessoas (UNHCR, 1994:4).

Para melhor entendimento da citação anterior, transcreve-se Carrilho(1992:2-3), que apresenta uma análise exaustiva dos constrangimentos face ao processo de reassentamento dirigido e as formas viáveis de intervenção do Estado neste processo, para o caso concreto de Moçambique:

" Em primeiro lugar, em relação às pessoas, os planos de reassentamento envolvem grande reestruturação da organização da vida rural (Letsoalo, 1991:6). As experiências dos colonatos, aldeamentos e das aldeias (comunais) em Moçambique mostrou, (...) implicar grandes transformações na organização rural e das prioridades das forças políticas (Medeiros, 1985:17), e pode, inclusive, (...) ser considerada uma via complexa, integrada e eficaz para exercer o controlo político.

Em segundo lugar, no processo de reassentamento dirigido, reconhece-se a existência de uma fase inicial de choque em cada indivíduo (Paiva, 1965:6). Em terceiro lugar, e nesta mesma direcção, os reassentamentos estão estreitamente

relacionados com mudança nos domínios de tecnologias, cultura e fins a atingir, exercendo efeitos novos nos processo de tomada de decisão.

São os fins a atingir que determinam até que ponto se aliviarão as restrições à mudança e escolha individual. Em África, como sucede em Moçambique, parece que o fim mais conceptível, (...) é o estabelecimento das bases económicas e sociais de sobrevivência e reprodução(...). Na prática, isto significa a priorização em assegurar acesso a alimentos. Estudos recentes (realizados em Nampula pela DEA do MAP) mostraram haver uma grande dependência entre a segurança alimentar e disponibilidade de terra para agricultura ao nível da pequena produção familiar de subsistência.

Assim, dentro das limitações de consenso existentes ao nível de grupos a reassentar, o reassentamento terá em vista (...) a criação de condições de acesso mais fácil e melhorar a segurança de posse e uso de terras para agricultura.

Mas até que ponto os programas de reassentamento dirigidos são aceitáveis? Dadas as experiências amargas para as populações africanas (exemplo de aldeias Ujaama em Tanzânia; os colonatos, aldeamentos e aldeias (comunais) em Moçambique) é pouco provável que aqueles se justifiquem, dada a existência de oportunidades alternativas, uma das quais a de as populações escolherem o seu próprio lugar e

forma de assentamento, instalarem-se e começarem a produzir; este facto é agravado pelo facto de a maioria dos movimentos e reassentamentos em Moçambique serem espontâneos e não assistidos.

Das experiências e apreciações dos vários programas de reassentamento dirigidos, recomenda-se ao Estado o "envolvimento indirecto", apoiando a dinâmica de reassentamento não dirigido (...)."

Uma linha de pensamento idêntica a apresentada no último parágrafo, foi adiantada por Muth, citando Christian Council Of Malawi em 1992, quando refere que os vínculos entre repatriados e os programas do ACNUR para Moçambique estavam limitados à :

- Facilitar os movimentos populacionais às suas áreas de origem ou à determinadas áreas onde eles (repatriados) pudessem se instalar;
- Colaborar com outras Agências (exemplo, ONG's) para facilitar a criação de condições para actividades agro-pecuárias dos refugiados regressados.

(Muth, 1992:315).

CAPÍTULO II

O DISTRITO DE BARUE

Apresentamos a seguir algumas características físico-geográficas e sócio-económicas do distrito porque, para além de serem elementos essenciais do espaço físico-social, elas estão na explicação da realocação espacial das populações.

1. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO DISTRITO E DAS SUB-ÁREAS DE ESTUDO

O distrito de Bárue, com cerca de 5750Km² de superfície (Pililão, 1989), localiza-se na faixa centro-ocidental da província de Manica (mapa 1). Os rios Púngue e Mupa, seus limites naturais Sul e Norte, respectivamente, separam-no dos distrito de Manica (a Sul) e de Guro (a Norte); a Oeste, o rio Caerenzi separa-o da República do Zimbábue e, a Este faz limite com o distrito de Macossa (Mapa 2).

A maior parte (cerca de 60%) do distrito de Bárue é montanhosa, cabendo os restantes 40% da superfície total aos planaltos com altitudes entre 600 e 100 metros¹⁶.

É um distrito fronteiriço sendo o Zimbábue, o país com quem compartilha a fronteira internacional. As ligações e alcance aos outros distritos que o separa são feitas através da EN nº 102 que liga a cidade de Chimoio, Tete e os países vizinhos de Malawi e Zambia.

¹⁶ A EN nº 102 que corta o distrito sensivelmente a meio no sentido S-N, divide-o em duas regiões morfológicas: à Oeste encontra-se a montanhosa e a Este a planáltica.

Em termos astronómicos, o distrito de Bárue localiza-se entre os Paralelos 17 ° 13 ' 09 " e 18° 41' 00" Sul, correspondendo a 163 Km entre estes pontos extremos. Entre os meridianos 33° 32'37" e 32° 56'30"¹⁷ Este, perfazendo cerca de 67Km entre os pontos extremos Este e Oeste .

A sede do distrito, Catandica, localiza-se na faixa central do distrito e é atravessada pela EN nº 102 que, como nos referimos anteriormente, divide (grosso modo) o distrito em duas regiões morfológicas.

Dissemos no ponto das metodologias que foram escolhidas duas povoações para a realização do trabalho de campo (entrevistas). Passamos , a seguir , a apresentar uma breve localização e descrição destas.

- A povoação de Nhacapanga (mapa 4) localiza-se na região montanhosa (topograficamente mais acidentada do distrito). Esta é uma das onze povoações do PA de Choa; os seus limites são: a Norte e Este o rio Nhavuruza, a Sul o rio Nhafulene e a oeste a República do Zimbabwe através do rio Caerenzi. Esta é constituída por (re)assentamentos agro-pecuários resultados de movimentos de retornos voluntários e espontâneos.

As receitas da população desta povoação provêm, essencialmente, da pecuária (gado bovino) e são suplementadas por outros recursos extra agro-pecuários provenientes do trabalho de filhos jovens das famílias dessa população no Zimbabwe.

¹⁷ Calculadas com base na base cartográfica do INE/UC, 1997.

- A povoação de Nhangale (mapa 4) localiza-se na região planáltica e topograficamente menos acidentada do distrito. Pertencente ao PA de Catandica (localidade de Chuala), tem como limites: a Norte o rio Nhamuale, a Sul a povoação de Honde através do monte Nhamacungu, a Oeste as montanhas do Choa e a Este o rio Inhazónia.

Ao contrário do que acontece em Nhangapanga, esta é constituída principalmente por (re)assentamentos agrícolas resultados de movimentos de retorno organizados pelo governo e ACNUR (repatriados do Zimbabwe). As receitas da população desta povoação provêm da venda de milho e outros produtos agrícolas.

Segundo os Documentos da NAR/ACNUR- Delegação de Bárue, até julho de 1995 tinham-se reassentado na povoação de Nhangale cerca de 4500 refugiados regressados do Zimbabwe. Além disso, na mesma altura tinham-se reassentado no PA de Choa cerca de 3800 refugiados regressados do Zimbabwe utilizando seus próprios meios. Destes, cerca de 1027 na povoação de Nhangapanga.

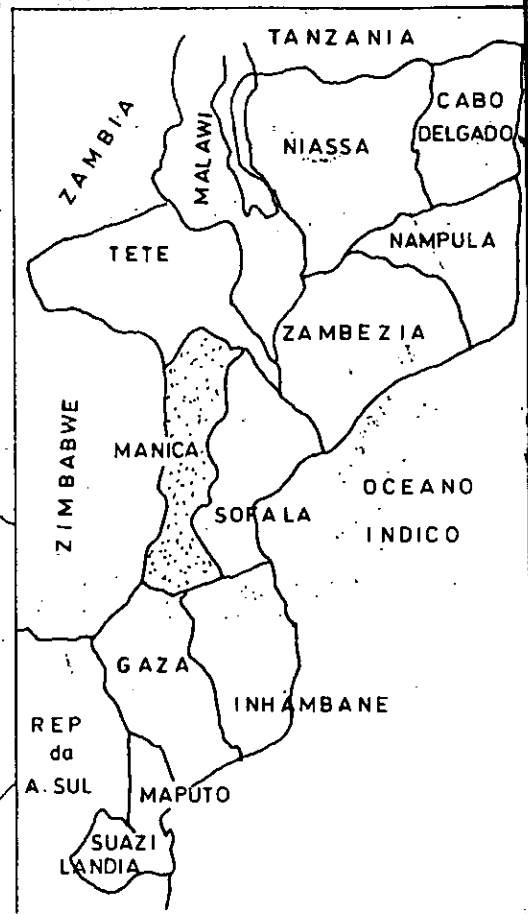
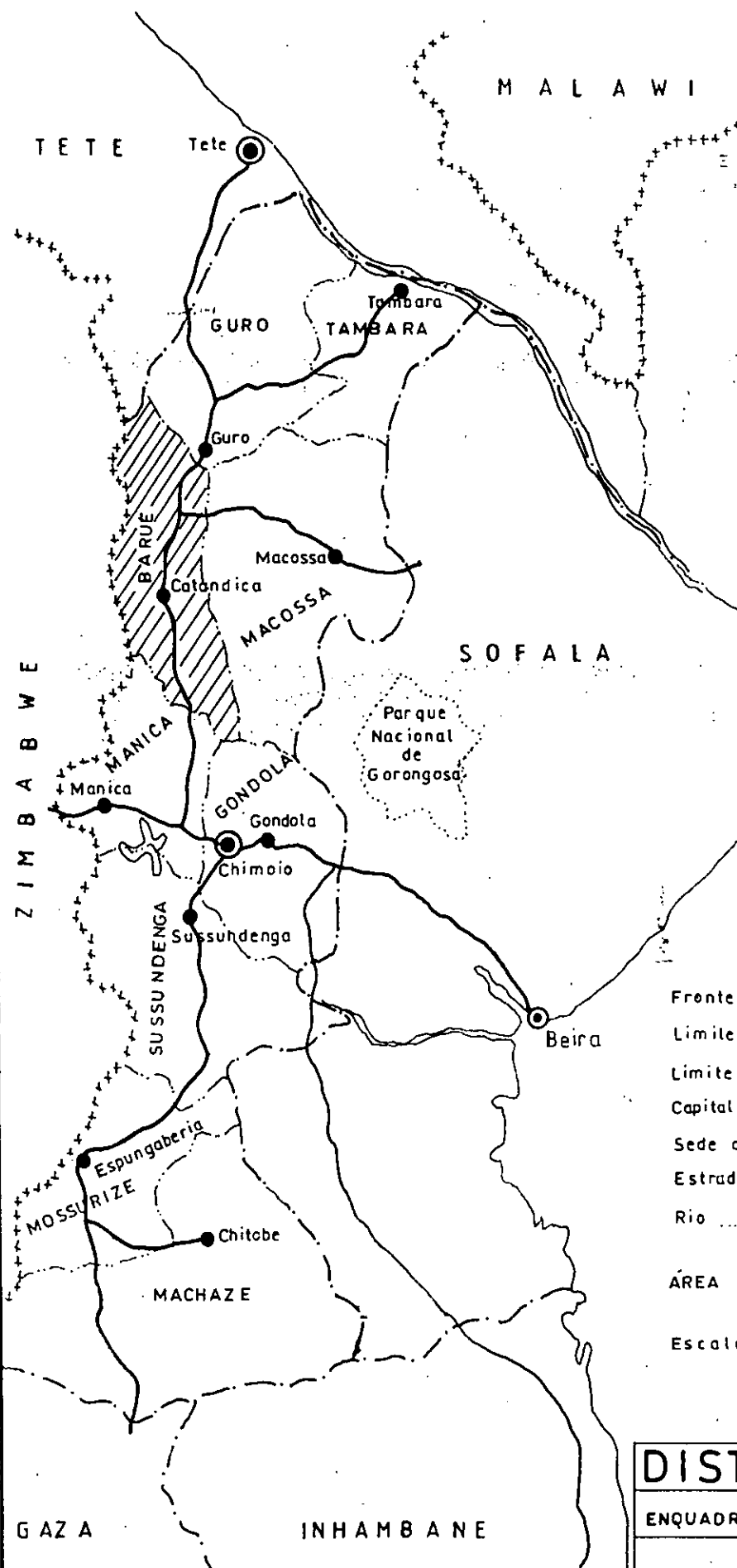
2. BREVE HISTORIAL

À semelhança de muitos pontos geográficos do território moçambicano, em que se fixaram reis ou outro tipo de personalidades de valor histórico, o distrito de Bárue tem a sua história fortemente marcada por dois focos de influência hegemónica, a saber: i) A Dinastia¹⁸ Makombe; II.) Administração Colonial Portuguesa (Aguilera & Menezes, 1992).

¹⁸ Dinastia refere-se a uma série de homens ilustres da mesma família (In Dicionário da Porto

ENQUADRAMENTO REGIONAL

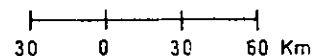
Fonte:
Elaborado pelo
Autor a partir
de mapa da divi-
são administrativa
da Prov. de Manica a Esc. de
1:500.000 (reduzido em 150%)



LEGENDA

- Fronteira + + + + +
- Limite da Provincia - - - - -
- Limite do Distrito - - - - -
- Capital da Provincia ●
- Sede do Distrito ●
- Estrada Nacional ———
- Rio ~~~~~
- ÁREA DE ESTUDO

Escala 1:300.000



DISTRITO DE BARUE

ENQUADRAMENTO REGIONAL

MAPA Nº 01

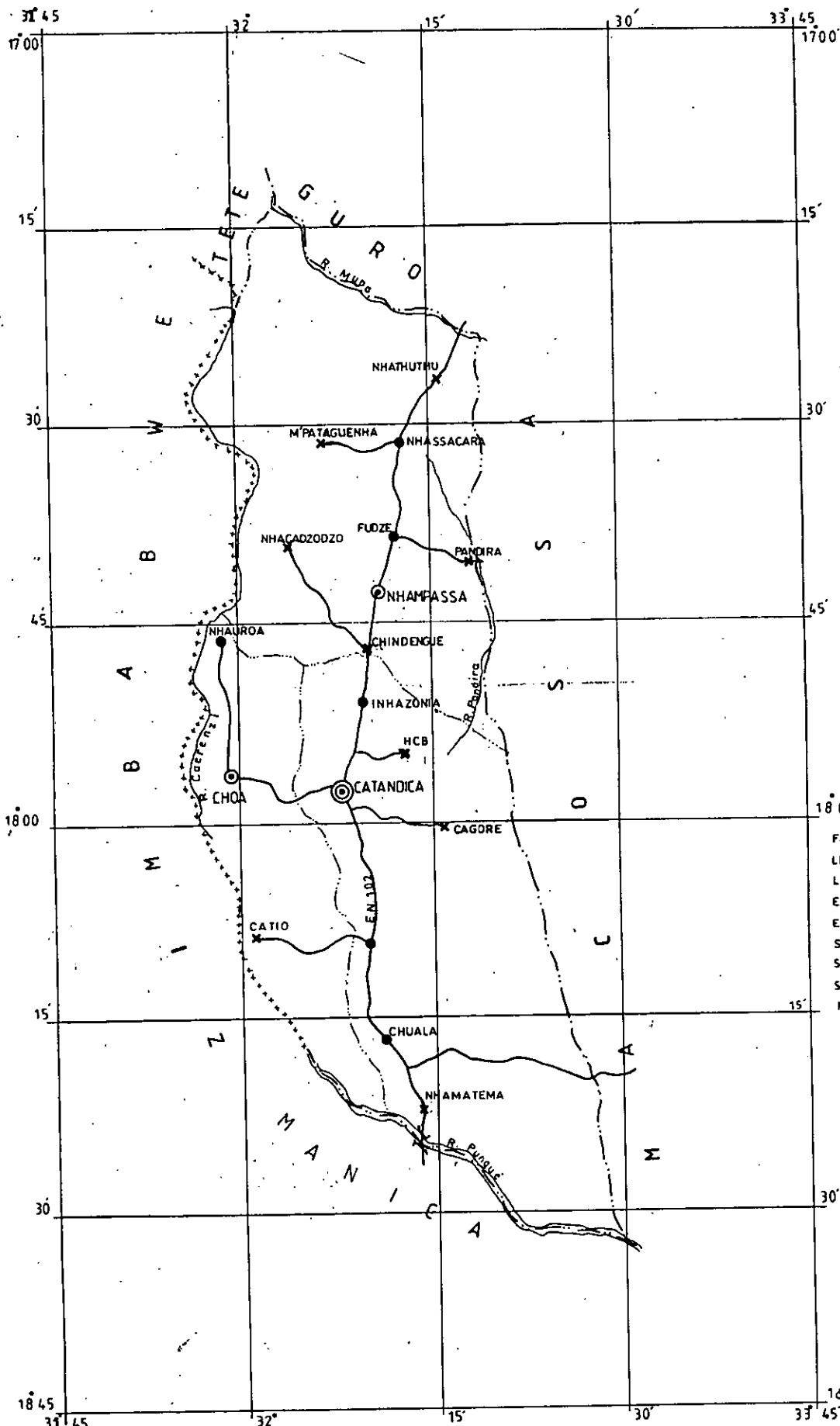
DESENHO: MÁRIO

GAZA

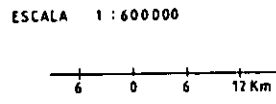
INHAMBANE

DISTRITO DE BARUE

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA



- 18 00 LEGENDA**
- FRONTEIRA ++++
 - LIMITE DO DISTRITO - - - -
 - LIMITE DO PADMINIST. - . - .
 - ESTRADA NACIONAL ————
 - ESTRADA RURAL - - - -
 - SEDE DO DISTRITO ⊙
 - SEDE DO PADMINIST. ⊙
 - SEDE DA LOCALIDADE ●
 - POVOAÇÕES x



FONTE : ELABORADO PELO AUTOR COM BASE NO MAPA DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA DA PROVÍNCIA DE MANICA A 1:500 000 (REDUZIDA EM 33 %)

DISTRITO DE BARUE	
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	MAPA Nº 2
DESENHO: MÁRIO	

“ Bárue” no conceito da velha tribo, é um espaço privilegiado, onde tudo cresce facilmente bastando, para tal, deitar a semente na terra; o termo “Bárue” provem do verbo “Kubarue”, que significa nascer (SNMA/ARPAC, 1982).

Uma das primeiras tribos que exerceu maior influência naquele espaço político-administrativo, é a que proveio da então Rodésia, em particular da região chamada Mbire nos anos 1890, tribo esta que foi chefiada por Makombe (Aguilera & Menezes, 1992).

O nome “Catandica” , da sede do distrito, provem de um dos filhos de Makombe , chamado “Khatandica” que, como seguidor do pai, viveu e exerceu forte influência na área que se consagrou na sede do distrito: Daí a razão de se chamar Vila de Catandica (Isaacman, 1976).

De salientar que esta vila sempre se chamou Catandica até 1914, pois, a partir de 1915 e segundo a PGGP, a mesma passou a ser chamada “Vila Gouveia” , em memória de António Manuel de Sousa Gouveia, que foi o primeiro português branco que se embrenhou na cultura e vida indígena de Bárue (Isaacman, 1976). Esta designação prevaleceu até à proclamação da independência nacional em 1975; de então para cá, de acordo com o decreto Lei 10/76 de 13 de Janeiro, instituiu-se de novo o nome Catandica.

3. DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Antes da divisão político- administrativa vigente, ou seja, até 1985, "Bárue e Macossa" constituíam uma única região administrativa, conhecida por Distrito de Bárue.

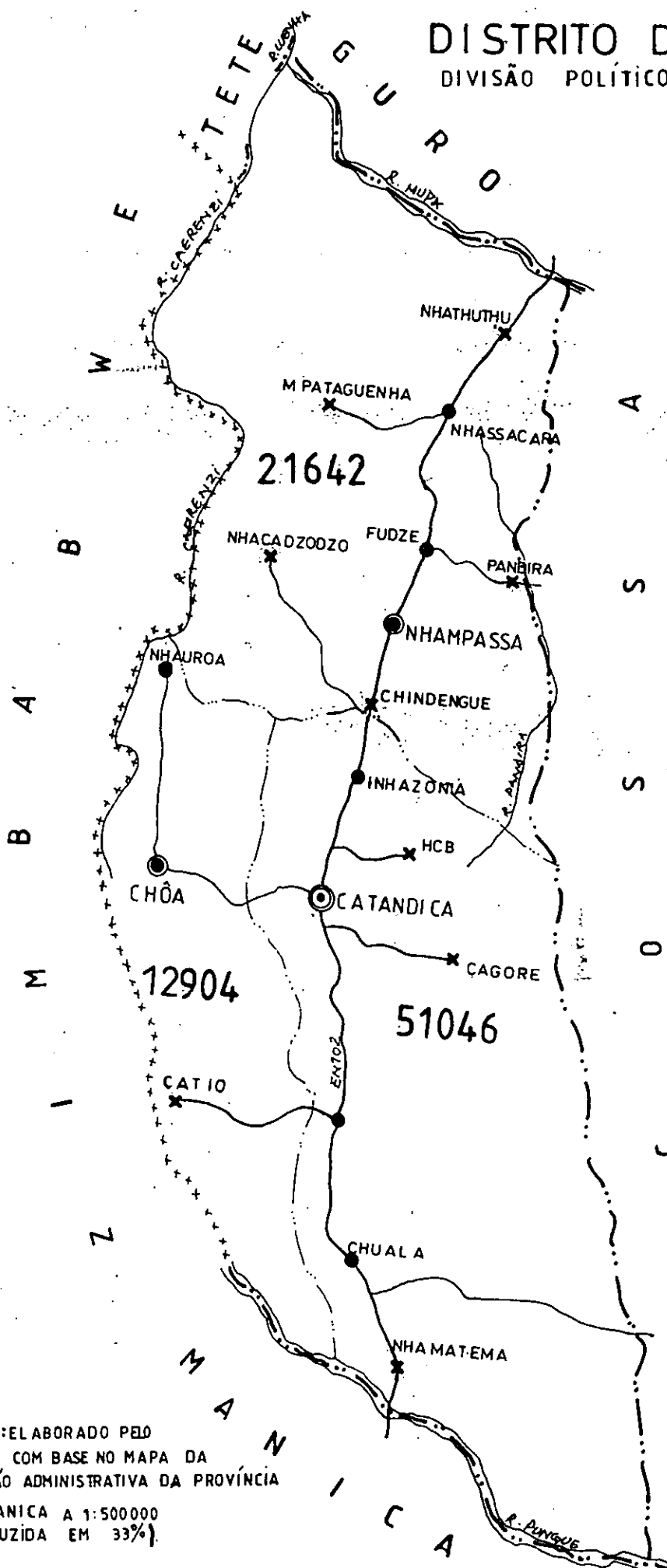
Contudo, dadas as grandes transformações políticas, sociais e económicas que ocorreram no país, bem como a necessidade de se implantar e estruturar o poder popular até à base, decidiu-se pela alteração da organização territorial (Resolução N.º 6/86 de 25 de Julho); foi assim que, em 1986, surge uma nova divisão político administrativa da qual, desagregou-se a região político administrativa de " Bárue e Macossa" em dois distritos: o de Bárue e de o Macossa (Muanamoha,1995 citando Gaspar,1989), divisão esta vigente e utilizada no II RGPH realizado em 1997.

Assim, antes desta nova divisão político- administrativa, Macossa era um extenso PA do distrito de Bárue com três localidades (MAE, 1983), com cerca de 9000 habitantes em 1980 (Iº Recenseamento da População 1980, 1983).

O actual distrito de Bárue, com 85592 habitantes (INE, 1999) é composto por três PA's: Catandica, Choa e Nhampassa (Pililão, 1989) (Mapa 3).

DISTRITO DE BARUE

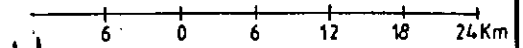
DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA



LEGENDA

FRONTEIRA	+++ +
LIMITE DO DISTRITO	- - - -
LIMITE DO PADMINIST.	— — — —
ESTRADA NACIONAL	—————
ESTRADA RURAL	—————
SEDE DO DISTRITO	⊙
SEDE DO PADMINIST.	⊙
SEDE DA LOCALIDADE	●
POVOAÇÕES	x
Nº DE HABIT. POSTO ADMINIST.	51046

MAPA Nº 3
 DESENHO: MÁRIO
 ESCALA 1:600 000



FONTE: ELABORADO PELO
 AUTOR COM BASE NO MAPA DA
 DIVISÃO ADMINISTRATIVA DA PROVÍNCIA
 DE MANICA A 1:500000
 (REDUZIDA EM 33%)

Tabela 1: Divisão político-administrativa do distrito de Bárue, 1999.

N.º de Ordem	Posto Administrativo	Sede	Localidades
1	Catandica	Catandica	Catandica-Sede, Inhazónia e Chuala
2	Choa	Choa	Choa-Sede e Nhauroa
3	Nhampassa	Nhampassa	Nfudzi e Nhassacara

Fonte: INE, Cartografia Censitária 1: 50 000-Distrito de Bárue, 1997; Pililão, 1989.

A localidade, a base de distribuição territorial da população rural em Moçambique (Araújo, 1988:195), subdivide-se em aldeias/ povoações e regulados que são espaços sociais onde se processa o fenómeno de reassentamento.

A tabela 2 e o mapa 4 mostram as aldeias /povoações de cada localidade do distrito, de acordo com os mapas de actualização das aldeias/povoados do II RGPH de 1997.

Tabela 2: Aldeias/povoações por localidade.

Localidade	Aldeia/Povoado
Catandica-Sede	7 de Abril, 3 de Fevereiro, 1º de Maio, Sabão, Chowe, Cagore, Nhamissundo, Sanhantunzi, Siguma, Vulamite, Botone, Pique, Panze e Muteua.
Chuala	Honde, Nhacangare, Mussianhare, Chivala, Nhamatema e Nhamizinga.
Inhazónia	Chodzo, Nhanchanje, Chapanga/Chindenge e Nhamátua/Nhasaze
Choa-Sede	Nhacapanga, Mussuiipa, Chinda, Mussambidzi, Mutana e Panze
Nhauroa	Nhacadzodzo, Tewe-Tewe/Chicodo, Nhauroa e Barauro
Nfudzi	Nfudzi/C.Macossa, Nharucadza e Nhampassa
Nhassacara	Mpataguenha, Nhathuthu e Nhassacara.

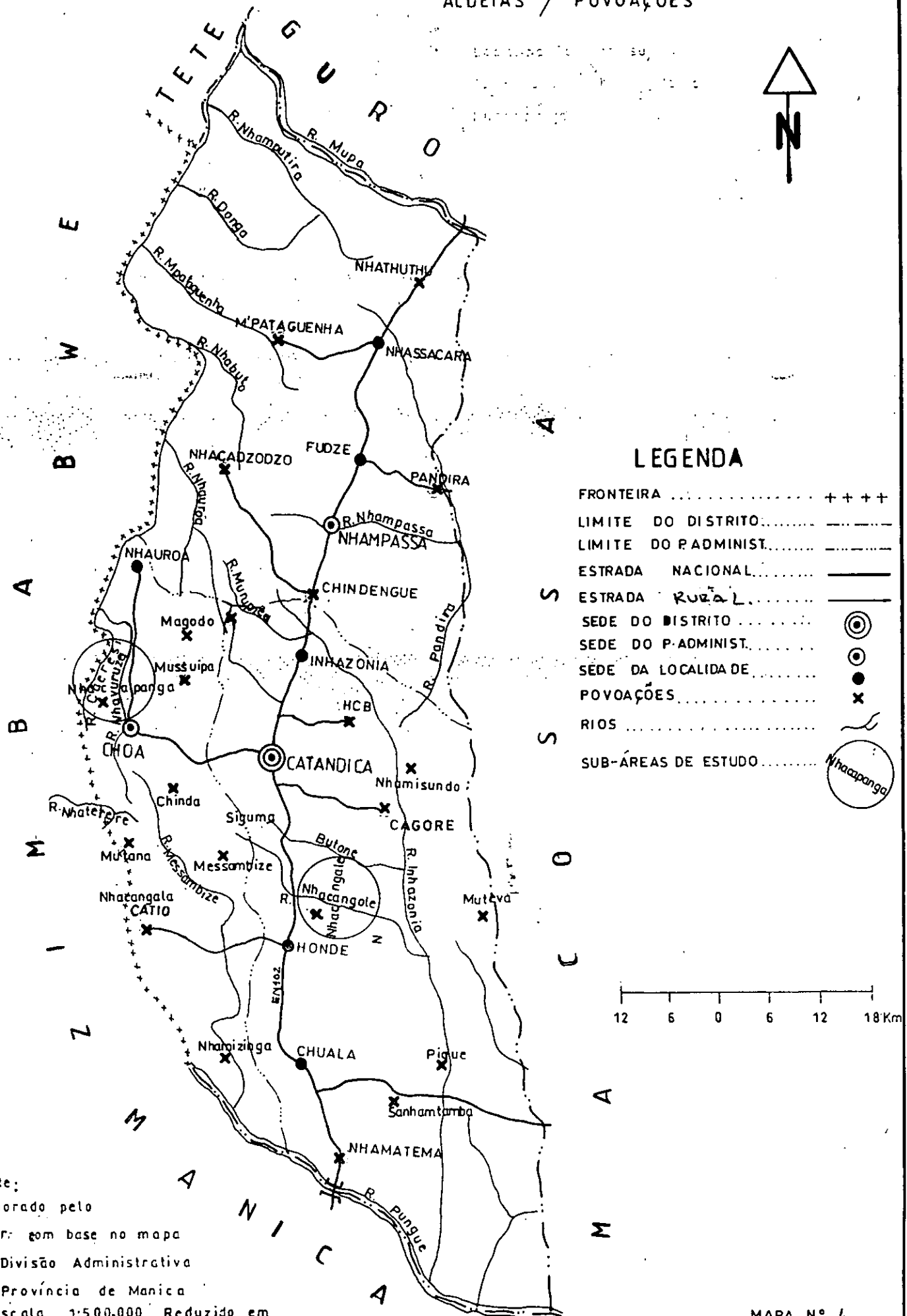
O administrador do distrito, além de representar o PR, é a autoridade formal máxima do distrito e coordena todas as actividades do Governo, não obstante, à semelhança doutros distritos do país, ser complementado pelas autoridades tradicionais¹⁹ a nível da povoação e/ou regulado (Aguilera & Menezes, 1992).

O distrito de Bárue tem 6 unidades territoriais (regulados) e 30 povoações (mapa 4), isto é, 6 Régulos e 30 Chefes de Povoação tradicionais.

¹⁹ *Autoridade Tradicional é uma instituição sócio-política doméstica rural. É do meio rural e serve basicamente à comunidade rural; Pode referir-se aos chefes tradicionais que trazem em si a estrutura de um território - povoação ou regulado (Lundin, 1995:4-5). O Régulo, como uma autoridade tradicional, é, antes de tudo, um gestor de população num dado território/espço, o que pressupõe que, quando a povoação e população muda, ele também muda de sítio (Negrão, 1997-UEM, Cadeira de Planificação Territorial).*

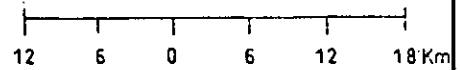
DISTRITO DE BARUE

ALDEIAS / POVOAÇÕES



LEGENDA

- FRONTEIRA ++++
- LIMITE DO DISTRITO..... - - - -
- LIMITE DO P-ADMINIST..... - - - -
- ESTRADA NACIONAL..... |||
- ESTRADA RURAL..... - - - -
- SEDE DO DISTRITO (O)
- SEDE DO P-ADMINIST..... (o)
- SEDE DA LOCALIDADE DE POVOAÇÕES (x)
- RIOS ~~~~~
- SUB-ÁREAS DE ESTUDO..... (O) Nhacangole



Fonte:
 Elaborado pelo autor, com base no mapa da Divisão Administrativa da Província de Manica a Escala 1:500.000 Reduzido em 33%

MAPA Nº 4
 DESENHO: MÁRIO
 ESC. 1:600.000

À luz da lei 10/97 de 31 de Maio e no âmbito do processo de descentralização a partir de Agosto de 1998, funcionam na vila de Catandica , sede do distrito, o respectivo município abrangendo uma área de 16 Km² e uma população de 38 mil habitantes.

4. QUADRO FÍSICO-GEOGRÁFICO

A seguir apresentamos algumas características geográficas do distrito de Bárue que, duma forma, ou de outra, influenciaram as formas de distribuição e localização espacial, da população na nossa área de estudo. O quadro físico- geográfico aqui apresentado, refere-se ao distrito como um todo, pois, não se possuem dados que permitam analisar espaços administrativos menores como as localidades.

Geomorfologia e relevo: segundo Chonguiça (1985:26-26) , CNP/DNE (1988) e Barca (1992), consideram-se duas grandes unidades morfológicas ²⁰ no distrito através do exame das cartas hipsométricas:

- Zona dos altiplanaltos com altitudes que variam dos 600 a 1000 metros;
- Zona das montanhas com altitudes superiores a 1000 metros;

²⁰ Estas duas unidade morfológicas estão, grosso modo, separados pela EN n° 102.

Uma análise das folhas nº 787 a 770 e 806 de 1970 à escala 1: 50 000 e da cartografia censitária , distrito de Bárue, à escala 1: 50 000 (1997), mostram que os altiplanaltos são característicos e predominantes da faixa oriental do distrito, enquanto as montanhas, estendem-se sobre a faixa ocidental no sentido S-N, cobrindo uma extensão de 15 a 20 Km no sentido E-O. O relevo da faixa ocidental até à fronteira com o Zimbabwe, caracteriza-se por ser alto e montanhoso, bastante movimentado e com muitas colinas.

A faixa oriental do distrito (da EN nº 102 ao limite Este do distrito) apresenta um relevo suave de altiplanaltos relativamente extensos. Cerca de 60% das áreas planas do distrito concentram-se nesta faixa (Carta Geomorfológica 1: 1 000 000 1983 e 1: 2 000 000 1983; Hanting, 1984; Cartografia Censitária, 1997) e é nesta onde as áreas agrícolas apresentam maiores extensões.

Ainda de acordo com as fontes acima, depois dos distritos de Sussundenga, com 2436 metros de altitude no Monte Binga e de Manica, com 1887 metros de altitude no Monte Gorongue, em Bárue localiza-se o 3º ponto mais elevado da província com 1844 metros de altitude na Serra Choa, localidade do mesmo nome, junto à fronteira com a República do Zimbabwe.

Clima: diversos mapas de clima de Moçambique elaborados por autores como Chonguiça(1985), Araújo(1988), CNP/DNE(1988) e Barca (1992) incluem o clima do distrito de Bárue no tropical de altitude, que é característico de toda a faixa ocidental da província de Manica devido à predominância de montanhas.

É um clima característico das zonas montanhosas, bastante chuvoso, com precipitações que variam entre 1 000 à 1 800mm anuais; as temperaturas variam de 15°C a 20°C nos meses de Abril a Setembro (estação seca e fresca) e no resto do ano, de 20°C a 30° C (estação chuvosa e quente) (Chonguiça, 1985).

Solos: os solos exercem influência no padrão de distribuição e redistribuição da população.

Em Bárue predominam dois tipos de solos (INIA, 1985 citando Pape et all, 1982; INIA, Carta de Solos 1: 1 000 000, 1995):

- Os solos franco-argilo- avermelhados, ricos em minerais de $Fe(OH)_x$ e $Al(OH)_x$, localizados na região dos altiplanaltos (Este) do distrito. Estes solos (franco-argilo alumino-ferralíticos) são considerados aptos para as culturas de milho, mapira e feijão com baixo nível de entrada de factores de produção (INIA, 1985).

- Os solos argilo- vermelhos (vermelho-escuros), caracterizados por serem pouco profundos, possuem horizonte superficial de minerais de fraca meteorização e/ou intemperismo devido à textura média a grossa, localizam-se,

principalmente, na região topograficamente mais acidentada (região montanhosa) do distrito;.

Hidrografia: o distrito de Bárue tem cerca de quinze cursos permanentes de água e, devido à disposição do relevo (inclinado para oriente), quase todos correm no sentido Oeste-Este.

Devido à sua importância (económica, fonte de água e na localização das populações) e sua extensão ao nível do distrito, destacam-se os cursos de água apresentados na tabela 3 e mapa 4.

Tabela 3: Os rios do distrito e as povoações servidas .

Nº de Ordem	Rio	Povoação Servida
1	Mupa (serve de limite Norte com o distrito de Guro)	Nhantutu
2	Nhamputira	Nhanthuto
3	Mpataguenha	Mpataguenha
5	Pandira	Cruzamento de Macossa (Fudze), Nhassacara ;
6	Nhampassa (afluente do Pandira)	Nhampassa
7	Nhabuto	Nhacadzodzo, Tewe-Tewe/Chicodo Nharucadza
8	Nhauroa	Nhauroa
9	Mucurupita	Chodzo e Inhazónia
10	Nhavuruza	Nhacapanga e Choa
11	Messambize	Panze, Nhamizinga, Chinda, Mutana, Mussambindzi e Choa-Sede;
12	Nhanfuta	Vulamite, Muteua e Pique
13	Inhazónia	Chodzo, Inhazónia, Cagore, Nhamatua, Vulamite, Muteua, Nhamatema e Pique.
14	Nhacangale	Nhacangale
15	Púngue (serve de limite Sul com o distrito de Manica)	Nhamatema, Nhamizinga e Pato

Fonte: Cartografia Censitária, Distrito de Bárue, 1: 50 000(1997); 1: 250 000(1997).

A maioria dos cursos de água indicados na tabela nascem na região topograficamente mais acidentada (montanhosa) do distrito; têm um regime permanente com variações de caudal durante o ano devido à variabilidade das chuvas. Os nomes de alguns deles coincidem com os das povoações que atravessam, o que implica haver uma relação íntima entre a hidrografia (as fontes

de água) e a localização dos povoados.

Da tabela 3 nota-se também que os cursos de água que abrangem muitas povoações são: Inhazónia, Pandira, Messambize e Nhauroa, ambos nascem na região montanhosa do distrito (mapa 4).

5. ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E SÓCIO-ECONÓMICAS

Os traços gerais com que se caracteriza o distrito de Bárue do ponto de vista etnográfico são: sistema de parentesco patrilinear, casamento virolocal, habitat²¹ organizado em famílias²² dispersas. O grau de dispersão destas depende do tipo de solo, relevo e das fontes de água a que cada agregado pode ter acesso (...) (Isaacman, 1976).

População: o conhecimento do tamanho da população e sua repartição no espaço é muito importante porque, por um lado, " a população é o elemento mais activo dos sistemas territoriais, por outro, é a força produtiva e consumidora principal nestes sistemas territoriais" (Valentei, 1987; Araújo, 1988).

²¹ *Habitat é o tecido espacial organizado, e produzido pela mútua interacção Homem-Território (Derruau, 1973; Casal, 1996).*

²² *Família, segundo Negrão(1997) é uma unidade de produção e de consumo.*

O distrito de Bárue em 1980 possuía 62000 habitantes, sendo 28 000 homens e 34000 mulheres que se agrupavam em 10 338 agregados familiares (I Recenseamento da população 1980 , 1983), o que resulta numa média de 6,0 pessoas por agregado familiar (tabela 5).

Esta população, entre 1980 e 1991 observou um aumento absoluto de 6 000 habitantes, distribuídos por um território de 5750 Km², o que resulta numa densidade populacional de 12 habitantes por cada Km². Neste período, a taxa média de crescimento foi de 0,79% ao ano (TMC em 1991= 0,79% ao ano), inferior a observada em 1980 (2,9% ao ano). Este facto não se deve a uma redução da fecundidade. Deve-se sobretudo à instabilidade política que a província viveu e que esteve na origem de deslocamentos forçados em direcção aos países vizinhos (principalmente ao Zimbabwe).

De 1991 e 1997, população do distrito observou um aumento absoluto de 17592 habitantes, resultando numa densidade populacional de 15 habitantes por Km², o que mostra que o distrito recebeu durante aquele período muitos habitantes. A TMC observada neste período foi de 3,6% ao ano. Este incremento deve-se ao retorno de refugiados e deslocados internos à partir de Outubro de 1992 devido a estabilidade política.

Podemos sustentar o conteúdo do parágrafo acima pelas citações abaixo:

“O movimento populacional na província de Manica deve ser vigiado nos distritos fronteiriços, não só pelas suas posições geográficas, como por terem sido os que durante a guerra registaram maior êxodo para os países vizinhos, principalmente,

para o Zimbabwe” (MSF, Boletim da Segurança Alimentar, 1995:33).

“ Cerca de 1,6 milhões de refugiados moçambicanos viviam em países vizinhos até 1992 : Malawi(1 058 500.); Swazilândia(24 000); Tanzânia(20 000); Zâmbia(25 400); Zimbabwe(137 900) e os restantes na África do Sul. A maioria destes tinha vindo das áreas rurais moçambicanas (...). O ACNUR assume que 82740 Ref.(60%) dos 137 900 refugiados moçambicanos no Zimbabwe, regressarão para Manica e, daqueles 82740, 75% (62055) reassentar-se-ão nas suas áreas de origem nos distritos fronteiriços de Manica, Sussundenga e Bàruè, principalmente “ (ACNUR, 1993 citando ACNUR, 1992).

“ De acordo com as Estatísticas do ACNUR Regional Office -Chimoio (1995), o distrito de Bárue, foi o terceiro distrito,(depois dos de Machaze e Manica), com maior número de refugiados regressados da província de Manica (27 508) , isto é, 16,8% dos 163 589 refugiados regressados da província de Manica.

Portanto, com a taxa de crescimento de 1.8% ao ano de 1980-1997, a população de 1997 (85592 habitantes) poderá duplicar em 39 anos (ano 2036).²³

Tendo em conta o número de refugiados regressados e oficialmente registado pelo ACNUR até Julho de 1995 (27 508) e considerando estacionário o regresso daqueles para Bárue até à data do IIRGPH (1997), podemos dizer que, dos 85592 habitantes de Bárue em 1997, um terço (32,1%) é constituída por refugiados regressados, ou seja, 1 habitante do distrito em cada 3 é refugiado regressado.

²³ Considerando a taxa conjuntural de 3,6% ao ano no período de 1991 a 1997 (devido aos movimentos de retorno e reassentamento populacionais), a população de Bárue (1997=85592 hab.)

Tabela 4: Evolução da população do distrito por sexo, 1980 a 2007.

Ano	HM (Mil pessoas)	H(Mil pessoas)	M(Mil pessoas)	AF(pe ssoas)	DP(Hab /K m ²	TM AF(Pes soas)	IM(%)	TC(% ao ano)	TD(Ano s) ²⁴
1980	62	28	34	10338	11	6	82,4	2.9	24.3
1991	68	23	45	13280	12	6.1	51,1	0.8 ²⁵	86.9
1997	85.6	41.6	44	15000	14	5.4	88.4	3.6	19.6
2007 ²⁶	112.8	54	58.8	19800	19	5.4	91.9	2.8	25.1

Fonte: Adaptado do "1º Recenseamento Geral da População-1980, 1983"; "INE, 1999, Resultados definitivos do IIRGPH- Província de Manica"; "CNP/DNE, 1995, Panorama Demográfico e Sócio-Económico"; "CNP/DNE, 1991, Enumeração da População e Agregado Familiares das Cidades e Alguns Distritos e Postos Administrativos, Junho de 1991, Pág. 17".

Nota:

HM= Total de homens e mulheres;

H= homem; M= mulheres; AF= agregado familiar;

DP= densidade populacional; TMAF= tamanho médio do agregado familiar;

IM= índice de masculinidade ou razão de sexo; TC= taxa de crescimento;

TD= tempo de duplicação

Uma das características da população do distrito, de acordo com a tabela acima, é a existência de um desequilíbrio bastante acentuado entre homens e mulheres no período entre 1980 e 1991- (IM 1980= 82,4) contra (IM 1991=51,1), ou seja, a razão de sexo era de 82 homens em cada 100 mulheres em 1980 para baixar para 51

poderia se duplicar em apenas 19,6 anos (ano 2020), tempo de duplicação mais baixo dos últimos anos considerando constantes as taxas de migração, fecundidade e de mortalidade

²⁴ $TD = \ln 2 / \ln(1+TC)$

²⁵ $TC = \text{Raiz de índice } 10,5 \text{ de } \text{pop}1991/\text{pop}1980 - 1 \times 100$

²⁶ Projectado com base na TC (provincial) de 2.8% ao ano nos quinquénios 2000 a 2005 e 2005 a 2010 (INE, Projectões anuais de população por província, 1997-2020, série: estudos Nº 2, 1999) e tendo como população base para projecção a de 1997, segundo a formula: $PP = P^0 * (1+TC)^t$

homens em cada 100 mulheres em 1991.

Esta diminuição tem como causa principal a migração (refugiados) que, por causa da guerra, afectou mais os homens para não serem recrutados pelas partes beligerantes.²⁷ Esta situação veio a reverter-se em 1997 (IM= 93.2%), com o fim da guerra e processo de reassentamento populacional.

Tabela 5 Distribuição da população por Posto Administrativo, 1980, 1991 e 1997

Posto Adm.	1980		1991		1997	
	Pop.	%	Pop.	%	Pop.	%
Catandica	27241	43,9	38000	55,9	51046	59.6
Choa	11500	18,6	-	-	12904	15.1
Nhampassa	23258	37,5	-	-	21642	25.3
TOTAL	62 000	100	68000	100	85592	100

Fonte: Pelo autor com base nos dados do Iº RGP-1980 (1983) e INE-Resultados Definitivos da Província de Manica-IIRGPH-1997 (1999).

De acordo com a tabela acima, 43,9% da população distrital em 1980 vivia no PA de Catandica. Este valor aumentou em 1991 para cerca de 55,9% da população (Tabela 5).

Este aumento relativo deve-se a deslocamentos forçados de população das áreas mais frequentemente atacadas pelos guerrilheiros da Renamo em direcção às localidades com maior segurança localizadas neste PA (Povoação de Honde,

²⁷ CNP/DNE (1988) já se referia da migração diferencial por sexo, ao constatar que, os distritos fronteiriços da província de Manica, perdiam muita mão-de-obra masculina, via migração, para os centros urbanizados de Chimoio, Tete, Manica e outros do CDB ou para o estrangeiro (Zimbabwe), por um lado, devido a um receio (por parte dos jovens e adultos masculinos) de serem incorporados à força no exército (SMO), e à procura de trabalho fora do sector agrícola e, por outro, evitando a todo o custo ser enquadrado no exercito da RENAMO.

Inhazónia e a sede do distrito - Catandica). Este PA continuou a manter a maior parte da população do distrito em 1997 (59,6%) seguido do PA de Nhampassa (tabela 5).

O PA de Choa nunca atingiu 1/4 (20% da população total) tanto em 1980 como em 1997 (Tabela 5) devido a sua característica montanhosa e conseqüente difícil acesso.

Tabela 6: Distribuição da população por localidade (situação em 1997).

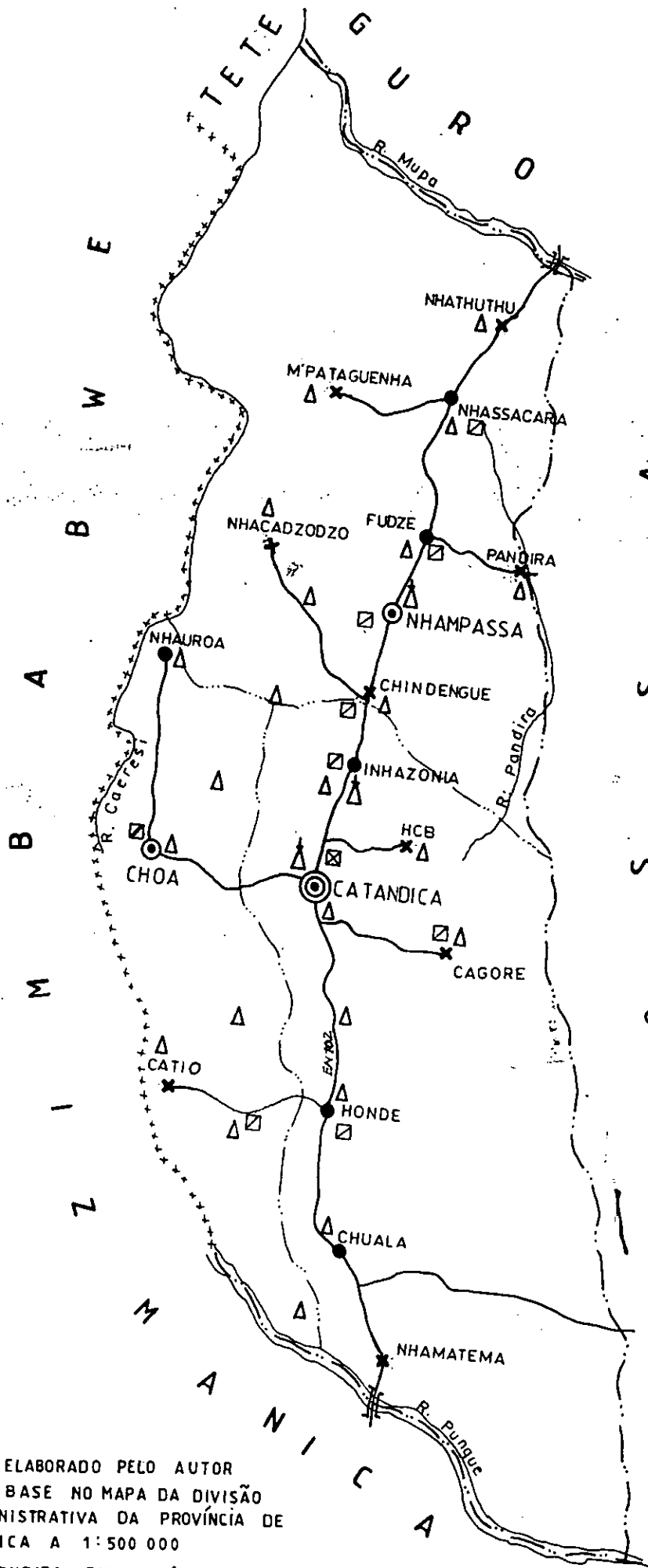
Posto Adm.	Localidade	População (mil hab.)	% (em relação total do distrito)	% (em relação ao total do PA)
	Catandica-Sede	26.3	30,5	51,3
	Chuala	14.3	16,8	27,9
	Inhazónia	10.6	12,3	20,8
Total1		51,3	59,6	100
Choa	Choa-Sede	6.7	7,7	50,6
	Nhauroa	6.5	7,4	49,4
Total2		13.2	15,1	100
Nhampassa	Nfudzi	11.12	12,9	50,8
	Nhassacara	10.77	12,4	49,2
Total3		21.9	25,3	100
Total Geral		85.6	100	-

Fonte: Pelo autor com base INE- Resultados Definitivos da Província de Manica-IIRGPH-1997 (1999).

Os dados da tabela 6 mostram que (com excepção da localidade de Catandica - Sede, isto é, município de Catandica) não há uma excessiva concentração em uma ou duas localidades, e que a mesma está distribuída de forma relativamente uniforme. Assim, por exemplo, a localidade mais populosa, Chuala, concentra

DISTRITO DE BARUE

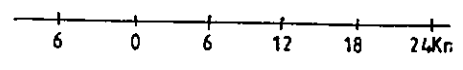
INFRA ESTRUTURAS SOCIAIS: SAÚDE E EDUCAÇÃO



LEGENDA

- FRONTEIRA +++
- LIMITE DO DISTRITO - - - - -
- LIMITE DO PADMINIST.
- ESTRADA NACIONAL ———
- ESTRADA RURAL ———
- SEDE DO DISTRITO (●)
- SEDE DO PADMINIST. (○)
- SEDE DA LOCALIDADE (●)
- POVOAÇÕES (x)
- HOSRITAL RURAL (□)
- POSTO DE SAÚDE (□)
- E.P.— 2 (△)
- E.P.— 1 (△)

MAPA Nº 5
 DESENHOU: MARIO
 ESCALA 1:600 000



FONTE: ELABORADO PELO AUTOR
 COM BASE NO MAPA DA DIVISÃO
 ADMINISTRATIVA DA PROVÍNCIA DE
 MANICA A 1:500 000
 (REDUZIDA EM 33%)

16,8% da população do distrito. As outras relativamente populosas são as localidades de Nfudzi (12,9%), Nhassacara (12,4%) e de Inhazónia (12,3%). As localidades de Choa-Sede e Nhauroa (ambas do PA de Choa) com 7,7% e 7,5%, respectivamente, são as menos povoadas devido a característica montanhosa e difícil acesso àquelas localidades .

Educação e saúde: o distrito de Bárue dispõe de 9 unidades de saúde, sendo um hospital rural, localizado na sede do distrito e 8 postos de saúde²⁸ essencialmente para cuidados médicos menos complexos demandados com mais intensidade pela população (mapa 5).

De equipamento moderno e prestando serviços complexos incluindo pequena cirurgia (ACNUR/PNUD, 1996), o hospital rural de Bárue (HRB), é o melhor da zona norte da província de Manica.

À excepção dos postos de saúde de Choa e de Panze, localizados nas povoações dos mesmos nomes, os restantes 6 localizam-se ao longo da EN n.º 102 (mapa 5).

O distrito de Bárue tem 33 escolas, sendo três do EP2, localizadas na sede do distrito (Catandica), Inhazónia e Nhampassa. É de salientar que das 30 escolas do EP1, 14 localizam-se ao longo da EN n.º 102, ou seja, 42% do total das escolas do

²⁸ *Um posto de saúde destina-se a uma clientela pequena e, serve basicamente para prestar serviços menos complexos demandados com mais intensidade pela população da área sob sua influência como: partos, malária, febre, diarreias, tosses e outros (Yachan, 1992).*

distrito localiza-se ao longo da EN n.º 102 . Esta situação é devido ao facto de muitos assentamentos se localizarem ao longo desta estrada. É importante destacar que, junto a cada Posto de Saúde funciona pelo menos uma escola (mapa 5).

Agro- pecuária: o conhecimento das actividades económicas de uma população é muito importante porque , como afirma Valentei(1987:62) "a análise do esquema de qualquer assentamento humano numa região qualquer do mundo mostra (...) que há um laço entre a implantação da população, a sua organização territorial e o carácter económico da região analisada".

As populações de distrito de Bárue fixavam-se de forma dispersa pelo espaço na altura pré- colonial; as pessoas ocupavam e abriam machambas nas terras férteis e junto às fontes de água; nos solos vermelho- escuros, sempre se produziu milho, mapira, amendoim, feijão-nhamba e outras culturas, sendo as duas primeiras as mais produzidas e básicas ²⁹ para a alimentação das populações (SNMA/ARPAC, 1982).

A exploração e o aproveitamento dos recursos são realizados, regra geral, segundo padrões rudimentares de tecnologias, uma divisão de trabalho simplificada e variadas formas de exploração, desde agricultura até à criação de gado, passando

²⁹ Isaacman(1976) já se referia do milho entre as populações da rebelião Makombe, ao mencionar que era o rei dos cereais mais cultivados da região de Bárue. Já INIA (1985) confirmava esta constatação ao considerar que os solos do distrito de Bárue são óptimos para as culturas de milho, mapira e feijão com baixo nível de entrada de factores de produção.

pela colecta; caça, pesca, fabrico de utensílios domésticos de apoio à agricultura como machados, (...), objectos decorativos (SNMA/ARPAC, 1982).

Dos parágrafos acima depreende-se que a agricultura de subsistência, a pecuária³⁰ e a colecta de recursos silvestres são as actividades básicas para aquisição de alimentos (de origem vegetal e animal).

Ordinariamente, as machambas estão juntos às habitações³¹, isto é, existe uma íntima relação entre o espaço residencial e produtivo, embora haja excepções, como veremos nos capítulos seguintes.

A escolha do sítio para estabelecer a "casa" (mui), obedece a critérios específicos como sejam: proximidade de parentes, herança de campos já cultivados ou de árvores de frutas deixadas anteriormente, fertilidade da terra e abundância de água; a "casa" insere-se num espaço controlado pelo irmão mais velho do segmento familiar mais antigo, isto é, linhageira patrilinear (SNMA/ARPAC, 1982).

³⁰ *O gado bovino, suínos, caprinos e galinhas, são os mais criados no distrito (ACNUR/PNUD, 1996). O trabalho de campo confirmou este facto pois, segundo o administrador do distrito, Costa Francisco Chale, o distrito de Bárue contava com cerca de 6014 cabeças de bois em 1998; deste número, cerca de 4970 (83%) encontra-se no PA de Choa (Entrevista com o Administrador do distrito, dia 15/04/99).*

³¹ *Este facto, segundo Araújo (1997) fundamenta-se na possibilidade de controle contínuo e de*

Vias de comunicação e transporte: o distrito de Bárue possui uma rede de estradas relativamente extensa³². Desta rede, salientam-se 6 estradas (Vide mapa 3), sendo uma estrada nacional (EN nº 102) que, cortando sensivelmente a meio o distrito, cerca de 82,5% da população do distrito em 1997 concentrava-se ao longo dela. As outras 5 são estradas rurais, sendo uma estrada rural classificada (troço Catandica-Choa-sede), e as restantes 4 não classificadas com início na EN nº 102 para as comunidades do interior. Uma análise da cartografia existente³³ mostra existir forte relação histórica entre a instalação espacial das populações e as vias de acesso, isto é, (com excepção da estrada rural Catandica-Choa), as populações tendem a se estabelecer ao longo das vias de acesso.

CAPÍTULO III

ANÁLISE RETROSPECTIVA DO PROCESSO DE REASSENTAMENTO EM MOÇAMBIQUE E SUA INFLUÊNCIA NA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO

"A distribuição territorial da população rural tem uma íntima relação com os tipos de ocupação e posse da terra, inseridos na política geral de desenvolvimento vigente. As causas da organização da população no espaço geográfico devem ser ainda procuradas nas relações políticas e económicas que produziram a história da área em estudo. As diferenças territoriais que surgem (...) são o resultado do desigual processo de produção" (Araújo, 1988: 177, citando Rossini, 1982: 17-18).

trabalho minucioso em volta da casa (...); e Casal (1996:110) argumenta que esta relação reflecte as formas racionais (quase perfeitas) de produção, viver e pensar das populações.

³² Esta rede é de cerca de 326 Km, sendo 175Km (55,2%) transitável durante todo o ano (EN nº 102) e os restantes 141Km (44,8%) compreendem as estradas rurais (não alcatroadas). 39% dos 141Km das estradas rurais são de difícil acesso durante quase todo o ano e compreendem as estradas rurais Catandica-Choa (33Km) e Honde-Catio (22Km).

³³ DNE (1983). Mapa de distribuição da população 1980, 1: 2 500 000; Cartografia Censitária,

A relação entre políticas estatais e população tem-se tornando cada vez mais evidente, de tal forma que " (...) nas últimas décadas a crescente polémica à volta da população, recursos e crescimento económico, teve a virtude de colocar como a primeira prioridade as possibilidades de influência do Estado sobre o comportamento da população " (Araújo, 1988:178; 1997:27), tendo sempre em conta que o meio sócio- económico "(...) não é um simples agrupamento de indivíduos e elementos sócio- económicos, mas um sistema cuja estrutura concreta é determinada pela natureza das relações que situam os indivíduos no processo social de produção e de reprodução " (Araújo, 1988:178 citando Marinov, 1974: 291; Rossini ,1986).

O projecto moçambicano das aldeias "comunais" que envolveu grandes deslocamentos populacionais e uma redistribuição da população rural, " não é novo nem original . Experiências análogas "(...), foram realizadas anteriormente e em diferentes regiões do globo sobretudo em países subdesenvolvidos. No continente africano, o caso das aldeias socialistas da Argélia e o das Ujaama na Tanzânia, são as duas experiências de deslocamentos forçados e reassentamentos dirigidos que mais semelhanças e analogias apresentam em relação as aldeias "comunais" de Moçambique " (Casal, 1996).

Ao longo da história de Moçambique, moçambicanos foram sujeitos a deslocamentos forçados das suas áreas de origem para outras, devido a guerra, secas e políticas nacionais (Silva, 1993).

Durante o período colonial, foram construídos em Moçambique (anos 1945/50 e 1960), diversos colonatos³⁴, assentamentos rurais de colonos portugueses (UEM, História de Moçambique, 1993: 164-5, Silva, 1993); o estabelecimento destes em Moçambique, implicou deslocamentos espaciais da população e, conseqüentemente, sua redistribuição no espaço, tendo resultado em duas formas distintas de ocupação territorial que, em certa medida, se opõem : " (...) dum lado encontravam-se as grandes plantações estrangeiras, os agricultores colonos e os grandes criadores de gado que ocupavam as terras mais férteis e de fácil acesso (...) , por outro lado, encontravam-se os camponeses que, cada vez mais, se viam constringidos a um espaço formado por terras menos férteis e de difícil acesso, ocupando pequenas parcelas dispersas e constantemente sujeitos a deslocações forçadas " (Araújo, 1988:179).

" A distribuição da população rural moçambicana era o reflexo destes dois processos diferentes. O domínio da agricultura empresarial colonial , se por um lado afastava a população rural, levando-a a uma dispersão fora do território que lhe fora alienado, por outro lado, utilizava mão-de-obra recrutada entre essa população e funcionava como factor de atracção demográfica. A população rural (...) instalava a sua residênciã e as suas machambas familiares no espaço

³⁴ *Colonatos, segundo UEM, História de Moç., 1993:165-167, são formas de povoamento de portugueses e que estavam inseridos no primeiro plano de fomento português: aproveitamento de recursos e povoamento da colônia de Moçambique e tinha como objectivos: 1) recriar em Moçambique, uma pequena propriedade rural portuguesa; 2) estabelecer zonas que deviam constituir barreiras ao avanço de qualquer movimento nacionalista que na altura emergia em quase toda África, e dava os primeiros passos em Moçambique. Em Manica, citam-se os colonatos de Sussundenga, da "área onde se construiu a barragem de Chicamba no distrito de Manica e os colonatos de Honde e Nhacangale/Nhamuale em Bárue, localizados ao longo da EN nº 102 (MARRP, 1995:55 e segs.).*

circundante, mas segundo uma organização territorial dispersa e irregular (...)" (Araújo, 1998).

Nestas condições, não é de estranhar que o povoamento rural em Moçambique se caracterizasse por uma dispersão de fraca densidade, interrompida, em algumas áreas, por manchas de maior adensamento. Um tal povoamento punha em evidência a estreita simbiose existente entre o espaço residencial e o de produção familiar, que constituía uma unidade espacial única; esta mantinha um determinado equilíbrio População -Recurso e o afastamento residência- local de produção era reduzido ao mínimo (Araújo, 1988:179-180; 1983:365-366). O traço geral do povoamento rural moçambicano, naquela altura, era caracterizado por pequenos agrupamentos familiares, cuja base principal era a família alargada; estes agrupamento nunca ultrapassavam duas dezenas de habitações, todas pertença da mesma família ³⁵.

Portanto, "anterior à Independência Nacional (1975), a população rural moçambicana encontrava-se dispersa pelo território (...) assentando a produção agrícola em unidades de produção e consumo unitários e isolados (as unidades familiares domésticas)" (Araújo, 1983; Casal, 1988). Este tipo de povoamento era uma consequência da forma de distribuição e ocupação da terra, anteriormente descritos.

³⁵ Pike e Rimmington (1965) referem que quando estes agrupamentos (...) crescem para cima destes números, verifica-se uma tendência de divisão, e um grupo desloca-se para (...) formar o núcleo dum novo agrupamento (Pike & Rimmington, 1965 citado por Araújo, 1988).

Outro tipo de reassentamento com grande impacto na redistribuição da população rural moçambicana, foram os aldeamentos coloniais, estabelecidos entre meados da década de 60 e meados da década de 70; "inscreviam-se na estratégia colonial de contra- insurgência" (Negrão et all, 1997). " Os aldeamentos, que são uma forma de povoamento concentrado similar as aldeias "comunais", consistiam no reagrupamento da população dispersa em locais previamente escolhidos pelo regime colonial com objectivo de facilitar o controlo militar e social da população rural moçambicana, procurando afastá-la da acção da Frelimo assim como recriar um povoamento rural europeu (...)" (Araújo, 1988; Silva, 1993). De salientar que, com a derrota do colonialismo, estes "aldeamentos" foram recuperados e transformados, muitos deles, em aldeias . Foi o que aconteceu no distrito de Bárue onde, ao longo da EN nº 102, vários aldeamentos (Honde, Sabão, Inhazónia, Chindenge, Nhampassa e Nhassacara) foram transformados, sem alteração da estrutura residencial- produtiva, em aldeias "comunais", ainda hoje presentes como aldeias e povoações, mas sem nada de comunal (mapa 4).

Deslocamentos e reassentamentos forçados aconteceram devido ao enchimento da albufeira de Cahora Bassa, entre os anos 1969-1975, na província central de Tete; as comunidades de Magõe, no Sul de Tete, foram obrigadas a partir para outros territórios (Silva, 1993; Negrão et all, 1997).

" Após a Independência, o Governo da Frelimo adoptou uma política explicita de "Villagisation" (aldeias). Esta política, centralizada e de desenvolvimento socializante, implicou deslocamentos espaciais de população- de rotura total com os

modos de assentamentos anteriores- e conseqüentemente, uma redistribuição espacial da população rural " (Araújo, 1988; 1997; Negrão et all, 1997).

A estratégia das aldeias "comunais", cuja primeira ideia foi lançada na 8ª sessão do Comité Central da Frelimo em Janeiro de 1976 (Roesch, 1993) era uma forma de organização territorial, assentada na produção colectiva e na concentração da população em aldeias.

Assim, as primeiras experiências surgiram, ainda durante a luta de libertação nacional na província de Cabo Delgado, que se estenderam depois às de Niassa e Tete (Araújo, 1988). Até 1983, a província de Manica tinha 8% do total das aldeias "comunais" e tinha 25% da sua população a residir nas aldeias (Muanamoha, 1995).

A socialização do espaço rural consistiu na criação e desenvolvimento de formas de produção colectivas, que incentivaram o agrupamento de população e romperam com a forma de povoamento disperso anterior; com isto surgiram novas formas de distribuição da população rural , designadas aldeias "comunais" (Araújo, 1983; 1988; Muanamoha, 1995). A nova forma de organização territorial, segundo Araújo (1988) tinha como objectivos:

- Garantir um desenvolvimento mais correcto e eficiente da agricultura;
- Criar condições para um melhor e mais natural acesso dos camponeses aos serviços essenciais (saúde, educação, água potável e outros) e;

- Gerar oportunidades que fixassem mão-de-obra no campo, de forma a reduzir os grandes fluxos migratórios em direcção às cidades

" A criação das aldeias e o processo de reassentamento a elas inerentes constituíram uma gigantesca operação de transferência de população rural dispersa para centros populacionais de densidade, estrutura e morfologia uniformes; implicaram uma nova relação entre a população aldeada e o território ocupado- recursos naturais disponíveis e o modo de distribuição- exploração desses recursos" (Casal, 1996). Embora usadas no sentido de desenvolvimento, " (...) serviram mais para construir e consolidar a administração governamental ao nível local " (Geffray, 1993).

De acordo com Claval (1987) " (...) a forma e a repartição dos homens no espaço reflectem, em parte, as crenças e os desejos dos homens, ou seja, aos valores culturais e históricos das sociedades" . Estudos feitos sobre as aldeias "comunais" mostram que, elas representaram uma profunda alteração jamais vista na forma da organização espacial da população rural, que romperam totalmente com o padrão de distribuição anterior, devido a diversas razões.

Primeiro, " as formas de mobilização adoptadas por parte dos directos responsáveis pela implementação do processo; a formação das aldeias havia sido concebida como resultado da mobilização política dos camponeses para formas de produção colectivas que os levariam à posterior criação dum espaço residencial concentrado (...). Mas o "zelo" exagerado dum número considerável de quadros em dar forma,

rapidamente; às orientações do Partido, levou-os a transformar, em muitas regiões, um processo que tem que ser assumido voluntariamente, num acto obrigatório (...). Houve uma atitude competitiva (...), onde os responsáveis políticos (distritais) clamavam por medidas rápidas para completar o exercício de povoamento num tempo curto (...) juntando a população em aldeias, independentemente da sua localização e organização produtiva. Isto trouxe como consequência imediata, o aparecimento de lugares de aglomeração de população rural que pouco ou nada têm de comunais e (...) vistos com maus olhos pelos camponeses, obrigados a abandonar a sua tradicional unidade familiar residencial/produtiva sem encontrarem, no novo local de residência, uma compensação, quer social quer económicos" (Araújo, 1988).

Segundo, " aquela situação, repercutiu-se imediatamente, de forma negativa, na produção familiar pois , como teríamos referido atrás, historicamente, a população rural moçambicana encontrava-se dispersa pelo território (...). Aquele padrão de implantação espacial, segundo Casal (1988:152-156) estava ligada a forma específica de produzir e consumir" (Casal, 1988:152-156).

" A população camponesa moçambicana, previamente à existência das aldeias, escolhia o sítio para a sua habitação em função da distância a ser percorrida até ao local de produção³⁶; as aldeias que foram construídas negligenciando este facto,

³⁶ Liesegang (1979) já tinha se referido daquele padrão de relação espaço residencial-produtivo ao defender a tese segundo a qual "as povoações rurais dispersas reflectiam o desejo de maximização da produção agrária e minimização do esforço necessário para a obtenção das necessidades da vida, isto é, a escolha do lugar de habitação é um factor importante na minimização do esforço e maximização da produção".

potenciaram a diminuição da produtividade. E mais, (...) em muitas aldeias, a população continuou a cultivar as antigas terras (distantes do novo local de residência)" (Casal, 1988).

" As aglomerações requerem concentrações de alimentos, água e combustíveis, numa escala (...) que não é possível encontrar na natureza dos limites dessas aglomerações (...) o que pode obrigar algumas populações a dispersar-se" (Davis & Bernstam, 1991:172) e levar ao aproveitamento máximo dos recursos à volta (...) e consequente sua raridade (Barreto, 1959).

" Com a aglomeração das populações dispersas em aldeias, o risco de raridade dos recursos naturais de uso quotidiano aumentou e a sua disponibilidade ficava cada vez mais reduzida" (Casal, 1996:179), " como resultado da concentração espacial, por contraposição da situação de habitat disperso que existia anteriormente e que se caracterizava por um aproveitamento máximo relativo dos recursos naturais disponíveis e pela procura permanente do equilíbrio entre esses recursos, as capacidades produtivas de cada unidade e as necessidades de consumo (...) " (Casal, 1988:191).

As aldeias trouxeram importantes mudanças na cultura tradicional dos camponeses e na sua organização social (Silva, 1993:20). Embora com mudanças económicas, sociais e culturais negativas, as aldeias trouxeram alguns benefícios sociais: " abastecimento de água, acesso fácil á serviços de saúde e educação e outros"

(Araújo, 1988:410).

Outro tipo de deslocamento e reassentamento forçados foi a "Operação Produção". Esta operação foi lançada em 1983 e os seus objectivos eram inverter os fluxos migratórios campo- cidade, fazendo retornar ao campo³⁷, coercivamente, os desempregados, famílias com fracos rendimentos e grupos de criminosos (Araújo, 1997). Esta operação abrangeu cerca de 50 000 pessoas (Silva, 1993 citando Vines, 1992) e teve pouco sucesso e, muitas vezes, uma série de outros problemas culturais, sociais, económicos e políticos (Araújo, 1997:31).

A guerra terminada marcou uma transição no padrão de distribuição espacial da população rural pois, se por um lado, houve uma intensificação do desenvolvimento dos assentamentos baseados nas aldeias, por outro e em oposição, com o fim dela, surge um declínio deste desenvolvimento e começa o processo de retorno e reassentamento em muitas áreas rurais de Moçambique (Wilson, 1994:181-182).

O deslocamento originado pela guerra, apesar de ter sido um processo extremamente variável e dependente dos contextos concretos em que ela se desenvolveu ao nível regional e local, criou de acordo com Negrão et al (1997) duas tendências de organização territoriais :

³⁷ Esta acção cuja finalidade era ligar população e terra desocupada assim como de providenciar mão-de-obra sazonal foi direccionada às extensas províncias nortenhas de Niassa e Cabo Delgado.

" A primeira tendência consistiu na definição de campos: por um lado, a população que permaneceu na órbita das autoridades governamentais e, por outro, a que foi transferida para a órbita da Renamo. Evidentemente que tal definição foi variando, quer ao longo do tempo quer regionalmente, tendendo talvez a ser mais estável no centro-norte do país, onde a Renamo estabeleceu grandes bases de população.

A guerra provocou impacto diversificado nas populações. Zonas de grande disputa militar, cujo controle mudou frequentemente de mãos entre Governo e Renamo, ou zonas onde a Renamo sentiu a necessidade imperiosa de se estabelecer e controlar, foram zonas que experimentaram mais intensamente a brutalidade da guerra e obrigaram comunidades inteiras a partir. Outras vezes, os guerrilheiros necessitavam de manter população junto das suas bases para dificultar acções de contra- insurgência e para ter onde buscar alimentos e, portanto, agiam de modo a que a estabilidade do assentamento fosse mantida (...);

" A segunda tendência caracteriza-se por um movimento que se confunde, em certas zonas, com o das aldeias "comunais", onde as comunidades administrativas e militares do Governo procuram estabelecer aldeias estratégicas onde a população, anteriormente dispersa, poderia melhor ser salvaguardada das acções dos guerrilheiros. Noutras, onde as autoridades governamentais não tinham capacidade ou iniciativa, as próprias populações foram se movimentando, quer defendendo-se através da formação de milícias locais (onde a actividade dos guerrilheiros era de baixa intensidade), quer estabelecendo padrões de dupla habitação (permanecendo nas aldeias ou nas suas machambas de dia e refugiando-se em abrigos de noite),

quer ainda abandonando as suas casas e aldeias para se refugiarem nas cinturas das sedes distritais e capitais provinciais. Neste sentido, a tendência mais geral de deslocamento provocado pela guerra foi a da fuga do campo para a cidade ou as áreas urbanas, acelerando assim o crescimento destas".

Com a estabilidade político- militar, a partir de outubro de 1992, o processo de deslocamento estabiliza-se e começa o de retorno e reassentamento dos refugiados e deslocados internos.

Tabela 7 Moçambique- Deslocados internos e refugiados (situação em 1992).

Prov.	Pop1997 (mil)	Desloc internos	% em relaçã o total da proví	Refugiado	% em relação ao total proví
Niassa	809	226500	27,9	203000	25
C. Delgado	1 380	128000	9,39	11600	0,8
Nampula	3 064	546000	17,8	950	0,03
Zambézia	3 096	572000	18,5	249600	8,0
Tete	1 226	307500	25,0	720300	58,7
Manica	1039	253000	24,4	172500	16,6
Sofala	1 369	335500	24,5	105500	7,0
Inhamban e	1 157	508500	43,9	123500	10,7
Gaza	1 117	529500	47,4	59500	3,0
Maputo Prov.	832	201000	24,1	38200	4,6
Maputo- cidade	988	130000	13,1	30000	3,1
TOTAL	16075,7	3737000	23,2	1 714 650	10,6

Fonte: Adaptado do Negrão et al, 1997; INE-resultados definitivos do IIRGPH/97, 1999.

A tabela acima apresenta uma estimativa quantitativa de deslocados e refugiados (em 1992) relacionados com os respectivos totais provinciais de população (em 1997).

De acordo com a tabela 7, podemos concluir que, Moçambique teve cerca de 1,7 milhões de refugiados, número este aproximado ao apresentado pelo ACNUR (1993)³⁸. A tabela mostra também que a categoria dos deslocados internos, representando 23,2% da população total, é bastante superior à dos refugiados em países vizinhos (10,6%).

Ela mostra também que as províncias de fronteira com os países vizinhos são as que registaram maior número de refugiados: Em. Tete, que é como um enclave cercado por fronteiras internacionais (Negrão et al, 1997) mais da metade da sua população em 1997, tinha se refugiado no Malawi, Zâmbia e Zimbabwe. No extremo oposto está Nampula que, destituída de fronteiras internacionais, a população refugiada não tem, praticamente, expressão. As províncias do Sul, conforme a tabela, são as que registaram maiores percentagens de deslocados internos relativamente ao total das respectivas populações.

³⁸ Até 1992, o ACNUR tinha assistido cerca de 1,6 milhões de refugiados moçambicanos assentados em campos (de refugiados) nos países vizinhos; destes, cerca de 1 058 500 (66%) estavam no Malawi (ACNUR, 1993).

Tabela 8: Província de Manica - Refugiados regressados por distrito (até Dezembro de 1995)

Distrito	Pop. 1997(mil hab.)	Refugiados regressados	% em relação total provincial	% em relação ao total do distrito
Tambara	32,6	17665	10,7	54,2
Guro	46,3	18905	11,5	40,8
Macossa	14,3	4323	2,6	30,2
Bárue	85,6	27508	16,8	32,1
Manica	172,1	28092	17,2	16,3
Gondola e Chimoio (cidade)	202,7+193,6	11762	7,1	29,6
Sussundenga	97,2	12326	7,5	12,7
Mossurize	123	20153	12,3	16,4
Machaze	71,9	33191	20,3	46,2
TOTAL	1 039,4	163589	100	15,7

Fonte: Pelo autor com base nos dados do ACNUR Regional Office- Chimoio, 1995 e INE- Resultados definitivo do IIRGPH/97 (Província de Manica), 1999.

A tabela 8 apresenta uma estimativa dos refugiados regressados em Manica, por distrito, até 1995, altura em que se terá estabilizado o processo de retorno e reassentamento. Ela mostra que até 1995, cerca de 164 mil refugiados (94,8%) dos 172500 refugiados constatados para Manica em 1992 (conforme a tabela 7), já tinham regressado e se haviam instalado nas áreas rurais dos vários distritos da



província de Manica. Mostra também que, os distritos que registaram maior valor relativo em relação à população distrital foram Tambara, Guro e Macossa, correspondendo a 55,2%, 41% e 30,9%, respectivamente. Mas em relação ao total de refugiados regressados à província foram: Machaze, Manica e Bárue, correspondendo a 20,3%, 17,2% e 16,8% respectivamente (Tabela 8).

CAPÍTULO IV

ANÁLISE E DISCUSSÃO DA INFORMAÇÃO SOBRE O REASSENTAMENTO NO DISTRITO DE BÁRUE

Antes, porém, gostaríamos de apresentar os termos (conceitos) que utilizaremos com mais frequência neste capítulo.

- Deslocado- indivíduo que foi obrigado a partir da residência habitual para outro lugar (refúgio) devido à guerra, secas, (...) (UNHCR, 1992b);
- Deslocado interno (veja no enquadramento teórico);
- Movimento de retorno organizado (MRE) - aquele em que os "deslocados " regressam pelos seus próprios meios dos locais de refúgios aos locais de origem ou de preferência (UNHCR, 1992b);
- Movimento de retorno organizado /planeado (MRO) - aquele em que os "deslocados" recebem assistência no seu retorno em transporte por parte do ACNUR ou um parceiro implementador, exemplo, o NAR (UNHCR, 1992b);
- Refugiado (veja no enquadramento teórico);
- Refugiado regressado – indivíduo que tendo-se refugiado num país (vizinho), observou um movimento de retorno ao seu local de origem (onde partiu devido a guerra) ou de preferência (UNHCR, 1992b).

A informação que a seguir se detalha foi obtida das entrevistas e observação directa. Com vista a atingir os objectivos traçados, expõe-se uma gama de informação agrupada por temas afins. Além disso, esta informação foi seleccionada entre aquela que constitui um consenso entre os entrevistados.

1. ESTABELECIMENTO DE LIMITES E GESTÃO NOS ACTUAIS POVOADOS NO DISTRITO

Os povoados no distrito de Bárue, organizam-se no espaço em função da base económica e/ou de subsistência e a estrutura familiar. A unidade mais pequena é o "Mui"³⁹, também designada, segundo Negrão (1997)⁴⁰, unidade de produção e de consumo.

Em Bárue, a dimensão do "Mui" depende do tamanho do agregado familiar e, fundamentalmente do número de mulheres e filhos masculinos adultos. Segundo o IIRGPH realizado em 1997, o tamanho médio do agregado familiar em Bárue é de cerca de 5,4 membros .

³⁹ Aqui o termo "Mui" (casa), não significa, apenas uma edificação, mas um conjunto de construções para fins residenciais tradicionais da mesma família, que inclui espaços construídos para diferentes membros do agregado familiar, cozinha, celeiro, etc (Araújo, 1997:33).

⁴⁰ Negrão, José(1997), UEM. Cadeira de planificação territorial - Curso de Geografia, Maputo

O Mui forma parte duma unidade maior denominada "povoação" ou "aldeia". Portanto, a povoação é um conjunto de casas (Mamui) conectados fisicamente pelas suas machambas.

O conjunto de "casas" (Mamui) numa povoação varia em função das diferenças na gestão da povoação, nos recursos disponíveis na área sob influência da povoação ⁴¹ como lenha, água, floresta para material de construção.

No distrito de Bárue, a antiga estrutura de poder tradicional está, completamente desarticulada ou bastante diluída, a avaliar pela diversidade de critérios de sua nomeação.

Os critérios de escolha (nomeação) desta estrutura de poder, no distrito, variam em função da localização e da organização sociocultural.

Junto às povoações recentes, localizadas ao longo da EN nº 102 e, portanto, provavelmente sob forte influência da Frelimo, predominam estruturas de poder indigitadas pelo Governo do distrito ou eleitas por voto pelas populações das respectivas povoações; ao contrário, no interior do distrito e, portanto, provavelmente sob forte influência da Renamo, predominam estruturas de poder relativamente antigas⁴² hereditárias.

⁴¹ Muitos autores como Negrão (1996) e Adam (1997) dão como critérios utilizados na delimitação das áreas de influência de um povoado rural, os seguintes: 1. as machambas familiares e áreas de pousio; 2. todas as áreas de acesso colectivo ou individual circundantes da povoação e /ou Mui, utilizados para caça, pesca e recolecção; 3. áreas utilizadas para culto, religião, floresta para lenha e áreas para pastos.

⁴² É provável que estas estruturas de poder tenham funcionado lado a lado com a Renamo na altura

De acordo com a natureza dos problemas⁴³ resolvidos por esta estrutura de poder tradicional (chefes de povoação), localmente conhecidos por "M'fumos", presume-se que a povoação é uma unidade administrativa de gestão de aspectos sociais e não territoriais. Em todo o distrito, existem 30 povoações.

A povoação é parte integrante duma unidade maior denominada "território do régulo" (Dzico La Mambo)⁴⁴. No distrito de Bárue existem 9 unidades territoriais (regulados) comportando cerca de 3 à 4 povoações cada e, de acordo com os dados do IIRGPH realizado em 1997, entre 3000-4000 pessoas cada.

Os regulados e povoações são limitados fisicamente por acidentes geográficos: rios, montes/ montanhas e outros sinais previamente identificados e reconhecidos pelos régulos e/ou comunidades (exemplo, estradas).

É de salientar que no distrito de Bárue, a EN nº 102 foi criteriosamente utilizada pelos régulos Sanhantamba e Seguma para delimitar os seus territórios e as montanhas do Choa foram também, criteriosamente, utilizadas pelos régulos Magodo e Samanhanga para estabelecer os limites dos seus territórios.

do conflito armado ora terminado.

⁴³ *Os principais problemas resolvidos por esta estrutura de poder são os "sociais e administrativos" como por exemplo: conflitos entre famílias; manter unidade na povoação; atribuir terra aos novos residentes; problemas de adultérios, etc.*

⁴⁴ *Só para dar exemplo: o território do régulo "Magodo", que se estende sobre a faixa ocidental do distrito. Este regulado está sob forte "protecção" devido aos contornos mágicos que esta personalidade forte e bem conhecida possui. A povoação de Nhapapanga é parte integrante deste regulado. Talvez este regulado seja o territorialmente mais extenso e, magicamente, mais forte. O régulo "Magodo" é o primeiro e mais importante convidado pela estrutura de poder oficial na realização de cerimónias tradicionais assim como na resolução de conflitos territoriais entre régulos.*

Os régulos, na sua maioria "antigos" nesta função, são chefes territoriais hereditários. Isto significa que esta estrutura de poder tradicional não sofreu desestruturação devido à guerra. Esta estrutura de poder foi utilizada pela Renamo durante o conflito como sua principal base de apoio. Os principais problemas resolvidos por esta estrutura de poder tradicional são: manter a unidade das diferentes povoações dentro do seu território; autorizar os M'fumos na ocupação de novas áreas no seu território; reunir-se periodicamente com os seus M'fumos para conhecer os problemas actuais da população do seu território.

2 PROCESSO DE REASSENTAMENTO

O movimento levado a cabo pela população do distrito de Bárue devido à guerra, caracteriza-se por dois momentos: primeiro, é o de fuga para os países vizinhos (refugiados) ou à áreas de relativa segurança no interior do país (deslocados internos) e; segundo, é o de retorno e reassentamento com o fim da guerra. Aqui apenas se abordará o segundo.

2.1. DESCRIÇÃO DO MOVIMENTO DE RETORNO (MR) POR TIPO DE DESLOCADO E POR REGIÃO GEOGRÁFICA

2.1.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO MR

Os deslocamentos da população deslocada (externa e interna) dos países vizinhos e das áreas com relativa segurança no país, respectivamente, a Bárue- ou seja, os chamados MR- distinguem - se dos demais componentes da dinâmica demográfica pelo menos sob dois aspectos: primeiro, pelo facto de não apresentarem, como

aquelas componentes , uma dimensão biológica, e segundo, pelo facto de ter um impacto directo na redistribuição espacial da população.

O MR e reassentamento em Bárue iniciou-se em 1992 e, foi mais significativo nos anos 1993-94 (93% do total de refugiados regressados registados), declinando a partir do ano de 1995, o que pode significar uma tendência a normalização do movimento migratório populacional (Tabela 9).

Tabela 9: Evolução do processo de retorno dos refugiados no Distrito, de 1992-1995

Ano	Refugiados regressado no distrito	% em relação ao total
1992	978	3,6
1993	12 619	45,9
1994	13 040	47,4
1995	871	3,1
Total	27 508	100

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do ACNUR Regional Office- Chimoio (1995)

O MR e reassentamento dos refugiados regressados a Bárue efectuou-se de duas formas: primeiro, de forma espontânea e voluntária (MRE) e, segundo, de forma organizada (MRO).

Os dados do ACNUR Regional Office- Chimoio (1995), revelam que 54,4% da população dos refugiados regressados a Bárue entre 1992-1995, observou um MRE e/ou voluntário e 45,6% observou um MRO e/ou planeado (Tabela 10).

Tabela 10: Bárue- refugiados regressados por tipo de MR, 1992-1995

Tipo de movimento de retorno	Refugiados regressados	% em relação ao total
Espontâneo	14 970	54,4
Organizado (repatriamento)	12 538	45,6
Total	27 508	100

Fonte: Adaptado do ACNUR Regional Office - Chimoio, 1995

De modo geral, os “deslocados” vieram reocupar as terras donde partiram devido à guerra. Contudo, o trabalho de campo mostra que estes eram livres de se instalarem onde desejassem. As terras eram tradicionalmente atribuídas pelos chefes tradicionais: chefes de povoação ou de famílias e pelos anciãos da povoação/aldeia.

Devido às diferenças de estatuto e das formas de tratamento entre refugiados e deslocados internos, todo o apoio (em transporte e meios de produção incluindo o registo oficial) foi dirigido para os refugiados e desmobilizados de guerra (207 desmobilizados no distrito).

Portanto, é este facto que explica, primeiro, a apresentação de dados numéricos apenas relativos aos refugiados e desmobilizados de guerra; segundo, o menor volume de informação sobre os deslocados internos neste trabalho, principalmente, neste capítulo.

2.1.2 MOVIMENTO DE RETORNO ESPONTÂNEO (MRE)

O regresso espontâneo de 54,4% dos refugiados a Bárue, vindos sobretudo do Zimbabwe, tornou-se possível e fácil devido a proximidade aos locais de origem ou de preferência.

As taxas de regresso e as características deste MR variam em função dos locais de exílio no Zimbabwe e dos locais de reafixação no distrito. As populações que se tinham refugiado nos distritos fronteiriços de Nyanga e Marondera regressaram às suas terras de origem e/ou de preferência nas zonas fronteiriças de Honde e Choa nos primeiros meses que se seguiram a Outubro de 1992.

Esta característica do movimento foi predominante na região montanhosa. Os refugiados regressados da povoação de Nhacapanga⁴⁵, por exemplo, tinham-se refugiado nos distritos zimbabwianos fronteiriços acima indicados e, portanto, muito perto das suas zonas de origem e de preferência, de modo que o seu regresso foi muito fácil e rápido. As entrevistas mostram que grande parte dos refugiados regressados da povoação de Nhacapanga mantiveram relações íntimas com as suas zonas de origem e/ou de residência anterior à guerra, nalguns casos chegando ao ponto de continuarem a cultivar as terras da margem direita do rio Caerenzi durante quase todo o período do conflito armado.

⁴⁵ *Nhacapanga foi a sub área montanhosa onde o autor deste estudo fez o trabalho de campo*

O regresso espontâneo a este distrito também se explica por meio de formas de assentamento provisórios e subsequente deslocamento secundário. Os refugiados regressados deslocaram-se inicialmente para as áreas fronteiriças onde permaneceram tempo suficiente até se certificarem de que a paz tinha-se, de facto, consumado em Moçambique, antes de se deslocar e estabelecer-se nas áreas remotas do interior do distrito⁴⁶. O trabalho de campo confirmou este facto nas povoações de Fudze, Nhassacara e alguns casos em Nhasangale, ambas povoações da região planáltica do distrito.

É bem provável que seja este facto que explica, por um lado, o regresso tardio da maioria (em 1995-cerca de 47,4% do total de refugiados regressados) e, por outro, o desenvolvimento tardio e lento de muitos assentamentos no interior do distrito, embora não tenhamos dados suficientes para justificar esta afirmação.

As informações obtidas no trabalho de campo indicam que não foi prestada nenhuma assistência técnica e administrativa aos deslocados internos, devido aos factores que atrás explicámos. Por conseguinte, primeiro, a administração distrital não conhece o número de deslocados internos que se fixaram no distrito; segundo, no contexto actual, em que a guerra, a responsável pela criação e crescimento da maioria das aldeias e da sede do distrito onde esta categoria de deslocados tinha se

(entrevistas).

⁴⁶ Um exemplo desta característica de movimento, está em que, quando seis regressados que se estabeleceram na povoação de Nhassacara (na região planáltica) em Setembro de 1995, inquiridos sobre a razão que lhes levou a se estabelecer muito tarde naquela povoação, responderam que a razão era do facto de não ter a certeza do fim definitivo da guerra, daí que, preferiram estabelecer-se temporariamente na região fronteiriça (...) até que confirmassem o calar definitivo das armas (Entrevista com os Srs. Jutemba, Sabhudo, Julay, Zimba, Charles e Joseph, de 47, 49, 49, 51, 53 e 58 anos de idade respectivamente; dia 21/04/99).

refugiado, esta (população) está voltando a forma anterior de assentamento disperso e irregular predominante no seu passado. Esta constatação pressupõe a existência de deslocamentos espontâneos dos locais de refúgios acima indicados ao interior das localidades.

Voltando atrás, ao enquadramento teórico, dissemos, citando vários autores, que as características do movimento de retorno influenciavam o reassentamento. Assim, os MRE na região montanhosa resultaram em reassentamentos agro-pecuários espontâneos, sem qualquer intervenção do Governo enquanto, na região planáltica resultaram, por um lado, em reassentamentos agrícolas organizados e facilitados⁴⁷ por agências governamentais (NAR) e por outras (ACNUR) através da provisão de serviços ligados à agricultura, como sementes e enxadas, por outro, em reassentamentos espontâneos⁴⁸.

Mas os reassentamentos espontâneos verificados na região montanhosa não são o resultado de MRE e voluntários⁴⁹ no simples senso da palavra, como argumentam Cuny and Kalemba (1971,1973) e com os quais concordamos, pois se aplica à situação encontrada em Bárue. Os refugiados regressados (na região montanhosa) e alguns deslocados internos (na região planáltica) quando inquiridos sobre se "consideram o movimento de retorno levado a cabo por si/pelo grupo planeado; porquê e como ", responderam que :

⁴⁷ *Para os refugiados regressados.*

⁴⁸ *Para os deslocados internos, tendo em conta que estes observaram um MRE e/ou voluntário aos vários locais do interior do distrito.*

⁴⁹ *Estes movimentos de "retorno" não se enquadram no repatriamento (oficial) pois, não houve estabelecimento de quaisquer vínculos oficiais entre os Estados Zimbabweano e Moçambicano e os*

- *estes movimentos foram altamente preparados e organizados porque como a vida não melhorava no exílio (refugiados) e no lugar/distrito X (deslocados internos), acharam melhor deslocar-se para as áreas de origem, pois aí encontrariam as suas terras livres e poderiam fazer tudo quanto quisessem sem problemas nem implicações futuras;*
- *o movimento de retorno não foi espontâneo mas altamente organizado e planeado numa base individual ou familiar mas raras vezes, na base de todo o grupo.*

2.1.3 MOVIMENTO DE RETORNO ORGANIZADO (MRO)

Ao contrário do movimento de retorno "espontâneo" que resultou em reassentamentos espontâneos, existe o organizado/planeado que resultou em reassentamentos organizados na região planáltica e, beneficiou cerca de 45,6% do total de refugiados regressados.

Este movimento de retorno envolveu 12 538 refugiados regressados (45,6%) e foi efectuado por meio de autocarros em duas fases distintas: a primeira fase decorreu a partir de Junho de 1993. Nesta fase foram assistidos cerca de 6 970 refugiados regressados (55,9% do total de refugiados regressados abrangidos pelo MRO). Esta fase abrangeu principalmente os refugiados que estavam concentrados nos campos e registados no Zimbabwe.

refugiados.

A segunda fase foi destinada a assistir os refugiados que tinham assentamentos informais e integrados em algumas comunidades no Zimbabwe e Malawi. Teve início em Janeiro de 1995 e só se prolongou até finais do mesmo ano. Esta fase observou uma paragem no princípio devido às chuvas, estimando-se em cerca de 5 558 (44,1%) refugiados regressados assistidos.

A assistência prestada aos regressados não só se limitou ao transporte a partir do país de exílio⁵⁰ (Zimbabwe e Malawi) até aos locais de origem ou de preferência. Aos refugiados regressados organizados, assim como aos espontâneos que se apresentaram no centro de trânsito em Catandica, foi-lhes providenciado alguns termos de produção: sementes de milho, mapira e mexoeira; enxadas e foices. Mas também os refugiados que abandonaram espontaneamente os centros de exílio, tiveram a possibilidade de obter transporte desde o centro de trânsito em

⁵⁰ Para se facilitar o MRO, fez-se um inquérito às populações nos centros de exílio. Algumas das questões que se colocaram foram : nome, sexo, idade, estado civil, destino incluindo a localidade onde pretendia se fixar em Moçambique.

Catandica⁵¹ até aos seus destinos. Assim, os refugiados regressados com destino aos distritos de Guro, Macossa e Tambara foram-no facilitado até aos seus destinos (*Entrevista com Júlio Manuel- Oficial de projectos e Reintegração Social da População Regressada na Delegação do ACNUR em Bárue- de 1992-1995, dia 15/04/99*).

Também, foi a partir deste centro que se registou cerca de 14970⁵² refugiados regressados que observaram um MRE e/ou voluntário sem intervenção de nenhuma agência implementadora.

Existem sérias dúvidas sobre que parte da população refugiada regressada se estabeleceu, efectivamente, nos seus locais de origem, talvez devido à facilidade em transporte que lhes foi providenciada. Adiante apresentaremos os nossos argumentos sobre esta constatação.

Ainda nesta região, a investigação de campo mostra que o estabelecimento e integração dos refugiados regressados nas diversas áreas sob forte influência da Renamo (exemplo, ao longo da margem esquerda do rio Inhazónia, a sul) estava relacionado com o facto de ser simpatizante daquela formação política. E nestas áreas funciona uma estrutura de poder relativamente antiga.

⁵¹ Em Catandica funcionou o único centro de acolhimento e de trânsito aos refugiados regressados na zona norte da província de Manica.

⁵² Este número é referente a todos os regressados que observaram um MRE e/ou voluntário, nas duas categorias principais: refugiados regressados que se apresentaram na Delegação do ACNUR em Bárue (de 1992 à 1995) e aqueles que, não tendo se apresentado na Delegação do ACNUR, reafixaram-se principalmente ao longo da fronteira no PA de Choa e no interior de algumas localidades no distrito (Honde e Fudze- mapa 4). O registo destes foi administrativo utilizando

Uma indicação que podemos tirar sobre o MRO é que o ACNUR e outras agências (NAR) facilitaram o movimento para determinadas áreas previamente escolhidas pelos refugiados assim como criaram condições para a actividade agro-pecuária.

Uma outra indicação não menos importante e que Carrilho (1992) já havia aconselhado é que:

- O MRO (repatriamento) teve em conta a criação de condições de acesso mais fácil a terras para a prática da agricultura;
- O Estado envolveu-se indirectamente no reassentamento, tendo apoiado a dinâmica de reassentamento não dirigido, pois a prioridade foi prestada a acções como acompanhamento dos movimentos populacionais de retorno e do processo de reassentamento da iniciativa e em locais escolhidos pelas pessoas.

2.2. O REASSENTAMENTO DO POS-GUERRA NO DISTRITO

Dissemos, no ponto anterior, que o reassentamento inclui o movimento de retorno mas, tal como o definimos atrás citando vários autores, não se consuma com o simples retorno; implica mudanças sociais, selecção populacional e do lugar, elementos de controlo e planificação e a re - estabilização da população no seu território. Esta referência é importante. "Enquanto o retorno implica as condições e a forma de regresso, o reassentamento é um processo de longo prazo que depende de outro tipo de factores " (Negrão et all, 1997), como se referiu no enquadramento teórico.

nalgumas vezes brigadas móveis da Delegação do ACNUR.

A história sobre os reassentamentos populacionais no distrito de Bárue circunscrevem-se aos colonatos (de Honde e Nhamuale/Nhacangale), aos aldeamentos, às aldeias "comunais" e, por último, ao processo de reassentamento a partir de Outubro de 1992 com o fim da guerra civil dos 16 anos. Este último processo de reassentamento (tema principal deste estudo) moveu dos seus locais de origem para o Zimbabwe e Malawi, cerca de 27 508 pessoas, isto é, cerca de 32,1% do actual efectivo populacional do distrito. Assume-se que esta percentagem seja ainda maior, pois um número significativo de refugiados regressados não se apresentou nem foi possível o seu registo oficial. Além disso, reconhece-se também que a guerra afectou de forma directa um número significativo de população que se deslocou dentro do território nacional cujos números não dispomos por razões que atrás dissemos .

Os factores que influenciaram a realocização espacial da população, no pós-guerra, em Bárue, agrupam-se numa dinâmica de atracção resumida, segundo Negrão et all (1997:24) na seguinte questão: o que leva as populações a reassentarem-se num determinado lugar?

No distrito de Bárue três factores interagem para explicar a realocização espacial da população: o cultural (origem), os ligados ao desenvolvimento local (infra-estruturas sócio-económico como estradas) e acesso aos recursos (fontes de água, fertilidade dos solos e outros recursos como floresta). Nenhum destes factores, isoladamente, determina a realocização espacial da população, mas existem casos, como veremos, de um factor que se evidencia em detrimento doutros. Além disso, a

importância relativa destes factores varia em função da extensão territorial, organização sócio - cultural e do domínio de algumas técnicas agrícolas.

2.2. 1. O REASSENTAMENTO NA REGIÃO MONTANHOSA

Na região topograficamente mais acidentada e, portanto de reassentamentos espontâneos, a interacção dos factores cultural (origem) e organizacional⁵³ explicam de forma determinante os reassentamentos verificados nesta região.

Um exemplo da força destes factores está em que, quando os refugiados regressados a esta região inquiridos sobre, primeiro, "porque voltaram a instalar-se num lugar montanhoso e onde o solo arável acha-se fragmentado em pequenas porções", segundo, "porquê escolheram este lugar e não outro com as mesmas características físicas/pedológicas", responderam que:

- a razão principal era do facto de terem crescido ali: conheciam melhor os hábitos culturais daquela zona; que aquela zona é própria para a criação do gado bovino que é uma parte integrante da sua vida (seus hábitos culturais); que mesmo durante o conflito armado mantiveram relações económicas e de produção com aquela zona daí que tinham direitos e segurança de posse de terra suficientes; que deviam se instalar perto para manter contactos regulares com os seus familiares na vizinha Zimbabwe .

⁵³ Refere-se a inter-relações que se estabelecem entre as actividades principais, as técnicas

As populações desta região ligam-se com o seu território duma determinada maneira particular: praticam a criação do gado bovino; alias, o PA de Choa concentra cerca de 83% do efectivo bovino do distrito. Cada agregado familiar possui, em média, 5 a 10 cabeças. As parcelas de machamba destas populações são pequenas (1 à 2 hectares) devido á descontinuidade do solo arável; a maior parte dos agricultores desta região está, frequentemente, com um pé na subsistência e outro no mercado; praticam duas sementeiras por ano, sendo o milho, batata - reno, feijão - jogo, cebolas e alho as principais culturas; os trabalhos de desbravamento, nivelamento e regadio são feitos com tracção animal; usam fertilizantes agrícolas tanto naturais (fezes de bois) e artificiais (adubos químicos) adquiridos na República do Zimbabwe.

2.2. 2. O REASSENTAMENTO NA REGIÃO PLANÁLTICA

Nesta região, onde o solo arável acha-se contínuo, a interacção mútua dos factores cultural (origem), acesso aos recursos (de água, solo e de floresta) e de desenvolvimento local (corredor de transporte constituído pela EN nº 102) explicam a escolha dos situs para o reassentamento.

Há que realçar que, esta região tem a particularidade de ser a de convergência de refugiados regressados, deslocados internos e de interesses sócio- económicos. Assim, a importância relativa de cada factor para a escolha dos lugares para o reassentamento varia em função da categoria social do reassentamento e do tipo de

utilizadas na produção e as formas de uso do espaço montanhoso.

movimento de retorno levado a cabo por cada uma dessas categorias sociais.

2.2.2.1. REASSENTAMENTO DOS REFUGIADOS REGRESSADOS

Devido ao apoio dado para a vida em deslocamento à estes, do exílio para os locais de origem e de preferência, os factores de acesso aos recursos de água, solos férteis e de floresta⁵⁴, interactuam com o factor de desenvolvimento local⁵⁵ em detrimento do factor origem para explicar os reassentamentos e reintegração destes.

Um exemplo da "força" interactiva destes factores está em que, quando alguns refugiados regressados naturais de Tete (Changara), Guro (Mungari) e Sofala (Chemba e Maringue) inquiridos sobre , primeiro, "a razão que os levou a se estabelecer em Bárue (neste situ) e não nos locais de origem" ; segundo, " como souberam que nesta povoação produzia-se muito se nunca viveram nela ?", responderam que

- nos campos de refugiados no Zimbabwe procurámos saber aos colegas sobre o seu destino/lugar onde se estabeleceriam em Moçambique e se naqueles lugares produzia-se muito; se as pessoas viviam , livremente, à moda antiga sem problemas. Aqueles, afirmavam que, de facto, nas zonas onde se estabeleceriam em Moçambique produzia-se muito. E, como nas suas zonas de origem, mesmo antes do conflito produzia-se pouco, preferiram estabelecer-se em novas zonas ou distritos já que tinham transporte garantido para o deslocamento.

⁵⁴ Exemplo de recursos florestais: lenha, material de construção, (...).

⁵⁵ A linha de transporte constituída pela EN n° 102.

Embora o factor de desenvolvimento local não fosse mencionado como um factor que influenciou a escolha do lugar para o reassentamento, o seu papel mostra-se pela disposição e desenvolvimento de muitos reassentamento humanos ao longo da linha de transporte constituída pela EN n 102, alias, teriamo-nos referido, anteriormente, que 82% da população do distrito em 1997 vive ao longo desta.

Com esta constatação fica, parcialmente, confirmada a tese defendida por Negrão (1991) segundo a qual, existem dúvidas sobre que parte da população "deslocada" poderá regressar para se reassentar nos seus locais de origem bem como quanto ao significado a atribuir ao local de origem.

Portanto, não menosprezando a influência dos factores culturais na escolha das localizações dos lugares residenciais concordamos que na região planáltica de Bárue, os factores de acesso aos recursos de solo, de água e de floresta determinaram a escolha dos lugares em detrimento do factor técnico- cultural para a categoria dos refugiados regressados. Isto significa que os reassentamentos dos refugiados regressados na região planáltica de Bárue tem em conta a disponibilidade, localização e qualidade da terra para a prática da agricultura.

2.2.2.2 REASSENTAMENTO DOS DESLOCADOS INTERNOS

A escolha dos locais para o reassentamento da maior parte dos deslocados internos na região planáltica explica-se pelo factor demográfico "origem". A importância deste factor na escolha dos lugares para o reassentamento justifica-se por razões culturais e de segurança de posse da terra.

Um exemplo da "força" deste factor está em que, quando os deslocados internos que tinham se refugiado em algumas aldeias e na sede do distrito, inquiridos sobre a razão porque estabeleceram-se naqueles locais e não outros com as mesmas características físicas/pedológicas, responderam que:

- a principal razão era o facto de além de serem dali, terem os direitos de acesso e uso da terra e outros recursos como água, lenha e material de construção sem limitações; que aquelas terras albergavam os seus antepassados. Aqueles (os seus antepassados) foram os primeiros a ocupá-las, viveram sobre elas e foram nelas sepultados. Além disso, aquelas terras eram objectos de seus rituais. Quando viviam concentrados nas aldeias, os seus espíritos (antepassados) reclamavam muito querendo os locais onde terão sido sepultados.

Um facto a realçar é que, a observação de campo levou-nos a concluir que, para a categoria dos deslocados internos não só o factor origem influenciou para a escolha dos locais de reassentamento, como também os factores de acesso aos recursos de água, solo e de floresta e de desenvolvimento local (EN nº 102), embora estes últimos não fossem mencionados por aqueles.

Estes tendem a reocupar as suas terras e/ou dos seus antepassados desocupados no momento da escolha. A justificação que se pode dar na escolha de espaços desocupados no momento da escolha talvez se fundamenta na necessidade de se estabelecer em solos férteis e acesso fácil à outros recursos como material de construção, lenha, etc. Sendo a agricultura a actividade principal no novo local de residência, procuraram-se boas terras para a produção agrícola.

2.2. 3. ALGUMAS COMPARAÇÕES DO PROCESSO DE REASSENTAMENTO NAS DUAS REGIÕES GEOGRÁFICAS

- Na região montanhosa do distrito predominam reassentamentos espontâneos (refugiados regressados), enquanto na planáltica coexistem os espontâneos (deslocados internos) e organizados (refugiados regressados). Os reassentamentos espontâneos da região planáltica possuem boas chances para desenvolver a sua integração, auto- confiança comparativamente aos organizados da região planáltica.
- É provável que a falta de melhores oportunidades de integração, auto- gestão e confiança dos reassentamentos na região planáltica se explique pelo facto de, uma vez os refugiados regressados desta assistidos em transporte no seu MR, tenham escolhidos locais incompatíveis com os seus hábitos culturais, por um lado, e sofrerem o efeito inercial de doações⁵⁶, por outro .

⁵⁶ Exemplo, segundo informações fornecidas pelos chefes das povoações de Nhasacangale, Fudzi e Nhassacara, são sistemáticos pedidos formulados pela população destas ao Governo, sobretudo, em sementes e outros produtos alimentares para ultrapassarem situações de fome.

- A importância dos factores de realocação espacial da população varia, primeiro, de acordo com a categoria social de deslocado; segundo, de acordo com a extensão territorial. A este último aspecto, o factor "origem" evidencia-se mais. Por exemplo, este foi decisivo para a escolha dos locais de reassentamento dos refugiados regressados (região montanhosa) e deslocados internos (região planáltica). Mas a importância deste factor e significado do local de origem vem-se reduzidos (refugiados regressados) na região planáltica, provavelmente, devido a existência de oportunidades que tiveram, uma das quais a facilitação no seu MR e a alteração de hábitos culturais, por um lado, a flexibilidade que os refugiados regressados tem em comprometer a sua versão ideal de situ face aos constrangimentos e oportunidades reais resultantes da guerra, por outro.

- Aos agregados familiares (das ambas regiões) interessam as condições naturais e de recursos (de solo, água, topografia) em locais, previamente, escolhidos com potencialidades para a prática da agricultura. Aquelas condições em interacção com as formas como são organizadas a produção material e cultural e a reprodução das condições de vida dos reassentados, determinam uma forma específica ocupação e uso do espaço (um padrão de assentamento).

3. OS PRINCIPAIS PADRÕES DE ASSENTAMENTO⁵⁷ HUMANOS NO DISTRITO

Definimos atrás assentamento humano como a forma como a população ocupa, organiza-se e utiliza um determinado espaço.

Referimo-nos também atrás que, o tema deste estudo de investigação enquadra-se no espaço rural e, portanto, segundo Araújo (1997:31), "a organização do espaço rural compreende duas componentes essenciais: o espaço residencial e o espaço produtivo". Neste ponto vai abordar-se a organização do primeiro, "mas tendo sempre em atenção que entre os dois existe uma relação muito íntima de causa - efeito na perspectiva do autor acima citado".

Existem dois (2) tipos de assentamentos humanos no espaço rural de Bárue: assentamento disperso e agrupado. Contudo, os limites entre um e outro não são nitidamente definidos, existindo espaços que congregam características de dispersão e de agrupamento.

3.1 PADRÃO DE ASSENTAMENTO NA REGIÃO MONTANHOSA

Na região montanhosa de Bárue, de entre os factores que influenciaram o padrão de assentamento disperso podem referir-se, por um lado, a localização dispersa do solo arável e das fontes de água e a acção da configuração do relevo e, por outro, os

⁵⁷ *Os povoamentos disperso e agrupados são padrões e/ou formas de assentamentos populacionais característicos do espaço rural africano (Small and Witherick, 1992:210).*

factores técnico- culturais que conduzem a formas de ocupação e de uso da terra típicos que se repercutem, directamente na forma como são organizadas a produção material e cultural e a reprodução das condições de vida assim como na configuração do assentamento.

Nesta, as populações ocupam o espaço de forma muito dispersa devido acção da configuração do relevo. Além disso, nota-se uma separação completa entre o espaço residencial (Mui) e produtivo (Munda): enquanto a unidade de produção se localiza numa área baixa e húmida e/ou na margem de um rio onde a área do solo arável acha-se larga e trabalhável, a casa localiza-se frequentemente numa área alta onde acha-se relativamente fácil de edificar. Normalmente, os espaços residencial e produtivo distam entre 900-1500 metros ou mais.

O padrão de assentamento identificado na região montanhosa é o resultado de colonizações individuais (de famílias) e/ou em pequenos grupos.

3.2. PADRÕES DE ASSENTAMENTOS NA REGIÃO PLANÁLTICA

Nesta região onde o solo arável é contínuo, primeiro, a edificação das aldeias "comunais" a partir de 1975 influenciou para uma ocupação concentrada do espaço (assentamento agrupado) e, segundo, a localização contínua do solo arável e o fácil acesso aos recursos de água e de floresta, por um lado, as formas como são organizadas a produção material e a reprodução das condições de vida da população, por outro, influenciaram para uma ocupação dispersa do espaço (assentamento disperso).

Pelo que nos foi dado observar durante a investigação de campo, esta dispersão é menos acentuada comparativamente a encontrada na região montanhosa devido a disposição contínua do solo arável. Além disso, caracteriza-se por uma disposição mais ou menos uniforme de casas isoladas no interior do espaço produtivo familiar. Portanto, a casa (mui) nesta região é uma pequena unidade espacial de habitação, produção e de consumo do agregado familiar. Esta caracteriza-se por um conjunto interligado de elementos como limites, casas, cozinhas, sombras, currais, locais sagrados (espirituais), machambas e espaços de acesso à água, à lenha e outros recursos. Assim, a separação entre uma casa (mui) e outra dá-se através de machambas e de uma pequena mata.

A terra cultivada por cada casa (mui) procura ser proporcional ao número de produtores que aí vive, ao número de esposas, de homens e filhos jovens. Assim, a separação entre uma casa (mui) e outra chega a distar cerca de 1000-1600 metros.

Como se depreende dos parágrafos acima, neste assentamento, a unidade entre os espaços residencial e produtivo se torna mais íntimo¹, constituindo um todo indissociável.

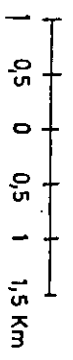
O padrão de relação entre o espaço residencial e produtivo nesta região fundamenta-se na necessidade de maximização do esforço necessário para a obtenção das necessidades da vida. Contudo, nota-se uma pequena diferença em relação ao observado na região montanhosa. Nesta, as populações utilizam adubos e fertilizantes para enriquecer as suas terras (que são escassas) e; utilizam a tracção

PADROES DE ASSENTAMENTOS
HUMANOS (DISPERSO)

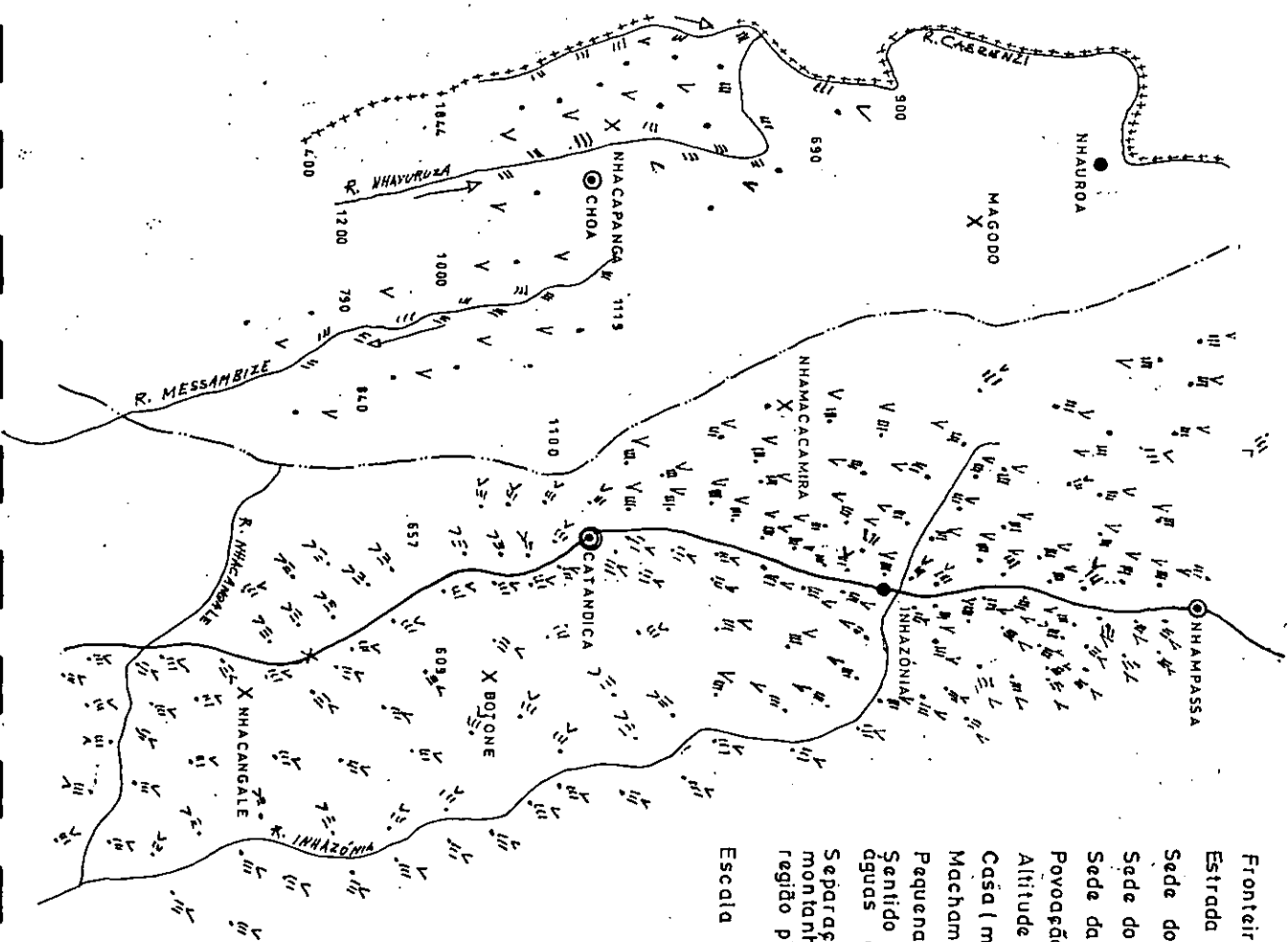
LEGENDA

- Fronteira *****
- Estrada Nacional ———
- Sede do Distrito ●
- Sede do Posto Ad. ⊙
- Sede da Localidade ●
- Povoação X
- Altitude em metros 1100
- Casa (mui) ■
- Machamba (espaço produtivo) ▨
- Pequena mata ▨
- Sentido de drenagem das águas do rio →
- Separação entre a região montanhosa (a oeste) e a região planáltica (a este) ———

Escala 1:50.000



Fonte:
Elaborado pelo autor
a partir da base
cartográfica do INE/UP 1997
a escala 1:50.000



animal na produção agrícola como na deslocação o que, de certa forma agrava ainda a dispersão.

O assentamento disperso da região planáltica, provavelmente, a mais afectada pela guerra onde a Renamo conseguiu manter pequenas bases de população (principalmente, ao longo do limite este do distrito), resulta do loteamento do espaço e/ou de novas conquistas florestais à actividade agrária.

CAPÍTULO V

CONCLUSÕES

1. Os vários processos de reassentamento experimentados pela população do distrito de Bárue (aldeamentos, as aldeias "comunais" e o resultante da guerra terminada) influenciaram, directa ou indirectamente, 1. a forma actual de organização espacial desta população, 2. Consequentemente, aos actuais padrões de assentamentos humanos no distrito.
2. Em relação às categorias dos processos de "deslocamento" e de reassentamento humano devido, fundamentalmente, à guerra civil em Bárue, distinguem-se dois grupos, nomeadamente: o daqueles que se deslocaram, através das fronteiras nacionais, para os países vizinhos (os refugiados regressados) e; o dos deslocados no interior do país (os deslocados internos).
3. A compreensão do actual processo de reassentamento humano no distrito passa pelos factores e, pela natureza e a forma que tomou o movimento de retorno das populações. No distrito de Bárue, o reassentamento estudado, teve como causa, sobreposta a todas as outras, a guerra terminada que moveu dos seus locais de origem ao Zimbabwe, cerca de um terço (32%) do efectivo populacional do distrito.
4. O movimento de retorno dos refugiados regressados ao distrito efectuou-se de duas formas : 1. De forma espontânea (54% do total de refugiados regressados) e, 2. De forma organizada. O tipo de movimento de retorno influenciou a forma

de reassentamento. Assim, o MRE resultou em reassentamentos espontâneos e o MRO em reassentamentos organizados.

5. Os movimentos espontâneos referidos não o são no pleno senso da palavra pois, eram organizados e planificados pelos próprios refugiados regressados e deslocados internos numa base do agregado familiar. Mas estes movimentos não são considerados MRO (repatriamento) porque não houve vínculos oficiais entre Estados e refugiados, muito menos entre o Estado moçambicano e os deslocados internos pois, os reassentamentos desta categoria de deslocados não são , geralmente, administrados por serem considerados seguros ou fora da categoria de refugiados.
6. As decisões para a escolha do local de reassentamento eram, geralmente tomadas numa base individual (ao nível do agregado familiar), sendo poucas as vezes em que era tomada ao nível de um grupo e/ou colectivamente.
7. Duas tendências do processo de reassentamento, em Bárue, são evidentes: primeira, a de novas conquistas progressivas à floresta para as actividades agrícolas; segundo, reocupar as terras dos antepassados devido a razões culturais e de segurança de posse da terra. A primeira tendência relaciona-se com os refugiados regressados na região planáltica e a segunda com os refugiados regressados e deslocados internos nas duas regiões geográficas.
8. De entre os factores que influenciaram a escolha dos lugares para o reassentamento podem referir-se, por um lado, o acesso aos recursos de solo,

água e de floresta e, por outro, o factor origem. A importância relativa de cada factor varia de acordo com a extensão territorial e com o tipo de movimento de retorno. Assim, as correlações evidentes são: 1. MRE, refugiados regressados e factor origem na região montanhosa; 2. MRE, deslocados internos, factor origem e de acesso aos recursos de solo, água e de floresta na região planáltica 3. MRO, refugiados regressados e factores de acesso aos recursos de acesso aos recursos de solo, água e de floresta na região planáltica.

9. Na região montanhosa do distrito de Bárue, de entre os principais factores que influenciaram um padrão de assentamentos com dispersão bastante acentuada salientam-se, por um lado, a disposição dispersa do solo arável e das fontes de água e a acção da configuração do terreno que alonga mais os trajectos às unidades de produção, e por outro, os factores técnico- culturais.

10. Na região planáltica, 1. a edificação das aldeias "comunais" a partir de 1975 influenciou a consolidação do padrão de assentamento agrupado, com dispersão intercalar devido aos processos de fixação da população refugiada regressada e da dos deslocados internos . 2. os factores da localização contínua do solo fértil e arável e o acesso aos recursos de água e de floresta, por um lado, a forma como são organizadas a produção material e cultural e a reprodução das condições de vida das populações reassentadas, por outro, influenciaram o padrão de assentamento disperso onde a relação entre os espaços residencial e produtivo é íntima e completa.

BIBLIOGRAFIA

ACNUR/PNUD(1996) Perfis de Desenvolvimento Distrital. Distrito de Barue, Província de Manica, Maputo.

Adepoju, A. and Mbungua, W. (1997). The African Family :an Over view of Changing Forms, pg 41-60 (In Adepoju, A. 1997:Family, population & Development In Africa, London).

Adepoju, A.(1997) Family, Population And Development In Africa, London.pg 61-98 (In Adepoju, A. 1997:Family, population & Development In Africa, London)

Aguilera, M.A e Menezes, I(1992) Estudo Para Uma Planificação do Pós-Guerra na Perspectiva das Comunidades Rurais.Distrito de Barue e de Manica, UNICEF, Maputo.

Allen, Tim & Morsink H.(1994) When Refugees Go Home ,London

Araujo, Manuel G.M. (1983) As Aldeias Comunais e o Seu Papel na Distribuicao Territorial da População Rural na RPM. Finisterra, Lisboa, xviii(36), pag. 365-377..

Araújo, Manuel G.M (1988) O Sistema de Aldeia Comunais em Mocambique. Transformações na Organização do Espaço Residencial e Produtivo, Lisboa (Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana apresentada a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), .

Araújo, Manuel G.M. (1997) Geografia dos Povoamentos . Assentamentos rurais e urbanos. UEM , Maputo.

Barreto, Castro (1959) Povoamento e População : Política de População Brasileira, 2ª ed, II Vol, Rio de Janeiro.

Barry N. Stein (1994) Ad Hoc Assistance to Return Movement & Long-Term Development Programmes, London.

Bruce, John (1995). Os Sistemas Indígenas de Terra Prejudicam O desenvolvimento Agrícola?, Maputo.

Carrilho, João (1992). Terras e Reassentamentos: Opções de Intervenção do Estado, Ministério da Agricultura, Maputo.

Casal, Adolfo Yanes (1988). A Crise da Produção Familiar e as Aldeias Comunais em Moçambique. Revista Internacional de Estudos Africanos, pag 157-191.

Casal, Adolfo Yanes (1996) . Antropologia e Desenvolvimento. Aldeias Comunais de Moçambique. Lisboa.

Chongiça, E. (1985) Geografia física de Moçambique, Maputo.

Claval, Paul (1987) Geografia do Homem. Cultura, Economia e Sociedade. Livraria Almeida, Coimbra, Lisboa.

CNP, DNE (1994) Relatório Nacional de Moçambique sobre População e Desenvolvimento, Maputo

CNP/DNE (1988) Informação Estatística, Maputo.

Daniel, P. and Hopkinson, M (1989). The Geography of Settlement, 2nd edition, London.

Davis, Kingsley and Bernstam, M.S (1991) Resources, Environment and Population,. Population and development Review, Vol 16 ,New York, USA.

Derreau, Max (1973) : Geografia Humana I; Editorial Presença, Lisboa.
Geffray, Christian (1993) Summary of La Cause Des Armes Au Mozambique, Maputo.

Hanting (1984) Geologia das Regiões de Manica e Sofala, Maputo.

INIA (1985) Aptidão dos solos da Região a Norte de Save, Maputo.

1º Recenseamento Geral da População 1980 (1983), R.P.M., CCR, Maputo.

Isaacman, Allen F.(1976) The Tradition Of Resistance In Mozambique: Anti-Colonial Activity In Zambezi Valley, 1850-1921, pag 156-185(Chaper 7 The Barue Rebellion Of 1917: A Heightened Zambezi Consciouness), London.

Lauriciano, Gil And Waterhouse, R.(1994) Resettlement Of Mozambican Returnees: Communities In Trasition, Maputo (Results From a Field Study Of the Resettlement And Re-organization Of Returnee Communities To Magude Distrit, Southern Moz).

Liesegang, Gerhard (1979) Considerações Sobre a Importância das Distâncias no Ordenamento do Espaço Rural:Para a Compreensao das estruturas Rurais de Povoação no Tempo Pré Colonial e Colonial, UEM, Maputo.

Lundin, Irae B.(1995) A Autoridade Tradicional na Realidade Moçambicana. Breve Historial no Tempo e no Espaço e sua Estrutura Hoje, Maputo.(Seminário:" Autoridade Tradicional, Democracia e o Estado, 5-8 de Dezembro de 1995").

MAE (1983) Divisão Político administrativa da RPM, Maputo.

MARRP (1995). Plano da Estratégia para o Desenvolvimento Rural Integrado da Província de Manica, Manica.

Matucho, A.(1996) Uma Contribuição Para o Estudo dos Assentamentos Urbanos. O Caso da Vila de Namaacha, 1960-1996, Maputo(Dissertação para Obtenção do Grau de Licenciatura em Geografia).

MSF (1995). Boletim de Segurança alimentar-Manica, Maputo.

Muanamoha; Ramos Cardoso (1995) Tendências Históricas da Distribuição Espacial da população em Moçambique, Belo Horizonte, CEDEPLAR, FACE/ UFMG, Brasil (Dissertação Apresentada ao Curso de Pos-Graduação em Demografia para a obtenção do Título de Mestre em Demografia).

Muth, J.A.J (1992). "The Christian Council of Mozambique Contribution Regarded Refugee Towards [SIC] Voluntary Repatriation of Mozambicans Refugees." First country and Development Aid, York University, Ontrio, Canada and Malawi Government, Paper Presented In Blantyre, Malawi.

Negrao, J.; Coelho, J. e Lopes, L. (1997) Impacto do Reassentamento Populacional do Pos-Guerra no acesso às Famílias Rurais à terra: O caso do Zumbo, Maputo.

Pililão, F. (1989). Moçambique. Evolução da Toponímia e da Divisão Territorial, 1974-1987, Maputo.

Roesch, Otto (1993) Peasants And Collective Agriculture In Mozambique, Maputo.

Rogge, John R. (1994). Repatriation of Refugees. A not "Optimum" solution , pg 14-50 (In Allen, Tim & Morsink, H 1994. Introduction: When Regugees Go Home, London).

Santos, Milton (1978) Por Uma Geografia Nova. Da Crítica da Geografia a Uma Geografia Crítica, Ed USP, São Paulo.

Silva, Terezinha (1993) Post-War Resettlement Strategies.- A case Study of Mozambique. London. (In Partial Fulfilment of The M.Sc Degree In Social Policy And Planning In Development Coutries)

Small, John & Witherick, Michael (1992) Dicionário de Geografia, Publicações Dom Quixote, Lisboa

SNMA/ARPAC (1982) História e Produção agro-Pecuária do Distrito de Bárue, Maputo.

UEM. Historia de Moçambique (1993). Moçambique no Auge do Colonialismo , 1930-1961, Vol 3, Departamento de Historia, UEM ,Maputo.

UNHCR (1992) repatriation and reintegration of Mozambicans refugees, Maputo.

UNHCR(1994) Mozambique-Repatriation And Reintegration of Mozambican Refugese. Progress Report and 1995 Reintegration Strategy, UNHCR, GENEVA.

Valentei, D (1987) Teoria da População, Moscovo (capítulo III: Implantação Humana, pg 60-73)

Wilson , Ken B. (1992) Repatriation and Development In Northern Tete: Peoples' Attitudes, Current Procedures and Post-War Planning. Oxiford (Preliminary Findings From Field Research In Angónia-Tete), Maputo.

Wilson, K.B (1994). Refugees & returness as a Social Agents.The Case of The Jehovah's Witnesses From Milange, Pg 167-237 (In Allen, Tim & Morsink, H (1994). Introdution: When Regugees Go Home, London).

Wilson, K.B. with Nunes, J. (1994): Repatriation to Mozambique.Refugee Iniciative & Agency Planning In Milange Distrit, 1988-1991, Pg 126-167 (In Allen, Tim & Morsink, H (1994). Introdution: When.Regugees Go Home, London).

Yachan, A.(1992) Desenvolvimento Rural e Organização Territorial, Revista N° 11, Setembro/Dezembro-1992, Maputo.

Yachan, António;Muchangos, L. e Muzembe, A. (1994). Reassentamento, Ministério da Agricultura e Pesca, Maputo

CARTAS:

Carta Geomorfológica 1: 1000 000 (1983), 1ª Edição, Maputo.

Carta Geomorfológica 1: 2000 000 (1983), 1ª Edição, Maputo.

Cartas de Portugal, 1: 5 000 000 (1970), DPSGC, Lourenços Marques.

Cartografia Censitária,1: 50 000 Unidade de cartografia, INE (1997).Distrito de Bárue, Maputo.

**ANEXO 1(ÚNICO):
ENTREVISTA PESSOAL GUIADA**

**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA MAPUTO, 1999**

**ENTREVISTA PESSOAL GUIADA
GUIÃO DE PERGUNTAS
(INSTRUMENTO DE TRABALHO DE CAMPO)**

REFERÊNCIA DA ENTREVISTA

- Data.....
- Local de entrevista.....
- Nome do entrevistador.....
- Número da entrevista.....

Dados do entrevistado:

- Nome do entrevistado.....
- Idade.....
- sexo.....
- Actividade.....
- Cargo que ocupa.....
- Naturalidade (onde nasceu?).....
- Naturalidade dos pais.....
- Actividade e cargo que ocupam os
pais.....
- Naturalidade dos avos.....

1999

Os grandes temas a entrevistar

1. Organização da população no espaço rural (Períodos: I° Colonial; II° Após Indep de 1975; III° Durante o Conflito Armado dos 17 anos; IV° 1992-1999).

Explorar para os períodos:

Período Colonial:

- Existência de plantações e propriedades agrícolas de colonos (de Girassol, Sisal, Algodão,...) e sua influência na distribuição espacial da população (próximas ou distante destas..);
- Localização e aptidão dos solos ocupados;
- Relação espaço residencial e produtivo no geral e nas famílias camponesas;
- Aldeamentos coloniais;

Após a Independência Nacional(1975):

- Saber a origem das aldeias comunais (Antigos Aldeamentos-1 < Se houve criação de unidades produtivas Colectivas e Familiares> 2 < e/ou aquelas em que as populações continuaram ligadas as antigas unidades de produção familiar e há que distância?>, Calamidades Naturais eg Seca, Mobilização e Concentração de Camponeses, dos regressados;..);
 - Resistência à mudança das famílias camponesas e suas manifestações, implicações no padrão de distribuição territorial;
 - Relação Recursos Naturais e População, Residência e Machamba nos Centros Rurais;

Durante o Conflito Armado dos 16 Anos:

- Formas de Povoamento numa Base considerando as terminologias de Gersony(1988): *Área de Imposto* (população dispersa; contribui em comida e roupa, transportar bens a cabeça); *Área de Destruição Massiça* (sob controle governamental onde os guerrilheiros actuam na base de saque e destruição); *Área de controlo Restrito* (divide-se em base e zona para a produção agrícola onde os camponeses trabalhavam sob controle dos guerrilheiros). Tentar entender a forma de organização das populações no espaço (Aglomerado/ Disperso)
 - Relação Espaço Produtivo e Residencial numa Base;
 - Relação Sítio da Base, População e Espaço Produtivo;
 - Relações de Poder Numa Base (Mambos, ...)
 - =Espaços abandonados, residências abandonadas; destruídas;

NOTA: Visitar uma "Base" com vista identificar as formas de Povoamento, compreender as formas de delimitação das suas áreas de influência e Padrão de Distribuição da população e sua Relação com o Meio.

1992 à 1999 (REASSENTAMENTO POPULACIONAL)

2 Experiência Pessoal de Mudança de Residência

- Locais de Residência Desde que Nasceu;
- Tempo de Permanência em Cada Local ou Idade que tinha;
- Motivo das Mudanças;
- Quem Decidia que era necessário mudar de Residência;
- Com quem Mudava (Sozinho, com a família, toda povoação/aldeia);
 - =Porquê, Como e Por Quem são tomadas as Decisões no Grupo?
 - =Considera o "Deslocamento" levado a cabo pelo Grupo/por Si "Planeado"? Porquê e Como?

3 Organização e Estrutura da Povoação/Aldeia

- Estrutura do Agr. Familiar:
 - . Responsabilidade;

- Chefias na Povoação/Aldeia e suas Responsabilidades:
 - . Da Família/Agr. Familiar ou Linhagem;
 - . Da Terra;
 - . Sociais (Conflitos e Outros);
 - . Económicos

- Formas de nomeação(escolha) dos chefes (Indigitado, Hereditário, por Eleição, Outras Formas-Quais?):

- Existência de chefes superiores em outras povoações/aldeias:

NOTA: Para Cada Povoado Ou Aldeia, Identificar tendências de Re(assentamento) e Nucleos Isolados de Povoamento.

4 Tomada de Decisão para a instalação na actual Residência/Povoação/Aldeia

- Período de Duração de uma Residência/Povoação;
- Motivos de abandono(Crescimento Populaciona, Falta de Espaço, Empobrecimento dos Solos, Redução do Volume de Produção, Quando uma Família Entende, outros Problemas);

- Tomada de Decisão :
 - . Responsável da Decisão de Iniciar uma Nova Residência/Povoação/Aldeia;
 - . Como se Caracterizam os agreg familiares que Mudam;
 - . Possibilidade de Aceitação ou Recusa no Novo Sítio;
 - . Conflitos Surgidos e Medidas Tomadas.
- Por Quantas Pessoas e Por Quem Estava Composta Uma Povoação Nova:
- Responsabilidade na Implantação de Uma Nova Residencia/Povoação:
 - . Distribuição de Tarefas e Responsabilidades;

5 Escolha do actual local Instalação da Residencia/Povoação e Suas Características:

- Responsável da Implantação;
- Distância ao novo local (entre uma residência/povoação velha e o novo sítio):
 - . Critério na escolha da distância (Densidade Populacional, Proximidade em relação a Residência/Povoação Antiga, Área mínima para Machamba,..);
 - . Dentro ou fora da área patrilinear;
- = Que condições são necessárias (na sua experiência) para o sítio ideal de instalação , de acordo com a actividade que desenvolve (agro-pecuária) e sua cultura?
- Características do novo local:
 - . Habitado no momento da escolha;
 - . Desabitado;
 - . Espaço abandonado por outros devido a guerra;
 - . Tipo de solo, água/hidrografia, floresta;
- Características da zona de habitação e produtiva:
 - . Localização da zona habitacional em relação ao terreno total da povoação;
 - . Tipo de solo segundo a nomenclatura vernacular;
 - . Distância a fonte de água, distância a machamba, distância a floresta, material de construção;
- Porque o padrão de relação residência -espaço produtivo verificado em cada caso;
- Porquê escolheu este local e nao outro com as mesmas características físicas/pedológicas?

6. Dimensao e Organizaçao Física da Povoação/Residência

- N° de agreg familiares da povoação:
 - Zona habitacional
- . Organizaçao das habitaçoes (Juntas, Separadas/Dispersas, ...);
- Motivo do crescimento da povoação (casamentos, Imigraçao de Agreg. Familiares, Chefe Prestigioso, Abundância de Recursos., etc).
- Problemas provocados pelo crescimento do n° de agreg. familiares (Machambas muitos Distantes, Floresta Distante, Degradaçao dos Recursos, Falta de Água, Falta de espaço para Machamba, Conflitos entre os Agreg. Familiares,)
- Diferenças e semelhanças entre as povoações (N° de Agreg. Familiar, Área da Povoação, Tipo de Solo, Hidrog, Relevo do Sítio, Organizaçao de Direcçao, etc).
- Razão das Diferenças e das Semelhanças ;
- = Causas da expansão territorial do lugar e , as relações população e recurso.

7. Tipo de Ocupação e Posse da Terra

- Território da povoação/residência:
 - . Formas de obter o território/lugar para a povoação/residência;
 - . Formas de delimitar (identificar) o território/lugar, ié, área de influência do povoado/residência;
 - . Área total do território da povoação (Cultivada, nao Cultivada, área para Recoleçao);
- Formas de distribuir a Terra e responsável para tal:
 - . Área para machamba por agreg. familiar;
 - . N° de machambas por agreg. familiar;
 - . Diferenças entre as machambas;
 - . Anos de cultivo por machamba-causas;
 - . Distribuição da terra para outros fins;
- Propriedade sobre a terra e as habitações:
 - . Propriedade sobre machambas (Individual, Familiar, colectiva, Aluguer, Herança, Titulaçao, Demarcaçao, Temporal, Definitivo, ..);
 - . Propriedade sobre habitaçoes;
 - . Perda de direito sobre a machamba (Causas);
 - . Perda de direito de morar na povoação (Causas);

. Acha existir uma discriminação para se estabelecer num determinado sítio/povoação (Baseada em Origem, Parentesco e Etnicidade, ...).

8. Processo de Mudança e de Reassentamento

- Organização para iniciar uma nova povoação/residência (Todos Mudavam Juntos, Individualmente, Alguns Primeiro, ..):
 - . Tempo necessário para uma mudança (Demora);
 - . Período do ano escolhido;
- Actividades Prioritárias Uma vez Instalado no Local (Construção de Casas, Abertura de Machambas, Cerimónias aos Espíritos, Outras);
- =Bases Produtivas (Quais são as condições criadas naquele local para as populações começarem a trabalhar? Quem e como?). Que condições (de Recursos de Água, Solo e Outras Naturais e Sócio-Econ, Meios de Produção) que possam garantir a sustentabilidade e fixação definitiva da população no espaço?
- =Qual é a influência e/ou papel dos chefes tradicionais na escolha dos lugares e reassentamento?

Aspectos Gerais para entrevistar, explorar e observar:

1. Formas de distribuição da população no espaço;
 - Tipo de actividade;
 - Tecnologias utilizadas;
 - Posse da Terra;
2. Formas de povoamento;
 - Disperso;
 - Aglomerado;
 - Agrupado;
 - Conexões entre as formas de povoamento;
 - Relação espaço residencial e produtivo em cada forma de povoamento;
3. Subdivisão e suas causas (Crescimento populacional, Densidade populacional elevada, herança, ...);
4. Fragmentação e suas causas (Subdivisão, diferenças pedológicas, zonas montanhosas, ...).
 - Influência da fragmentação na (re)distribuição da população.
 - Distância entre um terreno e outro;
 - Distância entre os terrenos e a residência;
5. Locais de (re)assentamento dos dos regressados (externos e internos) ;
6. Qual o apoio do Governo e/ou ONG's no processo de reassentamento das populações no espaço rural?
8. Em cada Centro Rural(aldeia) procurar saber a questão da dupla residência , causas e sua evolução no tempo.
9. -O que é a Terra para um camponês?
 - O que representam as árvores (posse da Terra, os espíritos, ...);

Conversa Informal com Régulo, Chefe de Povoação e outras personalidades:

1. Onde residia a maioria da população aqui presente? Em que ano a maioria se estabeleceu/fixou neste sítio. Na sua opinião, porquê as pessoas se estabeleceram neste sítio? (Zona de origem, proximidade étnica, linguística, cultural , recuperar terras dos antepassados, ...).
2. Como Você considera o movimento das populações e reassentamento nesta povoação/Espaço, nos últimos anos (Desde Agosto de 1997)? (Forte, Fraco, Muita Gente, Pouca Gente, ...).Adianta as causas que direccionam o movimento para esta povoação/espço (Considerar as causas do ponto 1).
3. Descreva todas as fases seguidas pelas populações para se estabelecer nesta povoação.
4. Qual foi o apoio prestado pelo Estado e/ou ONG's (para os deslocamentos e reassentamento populacionais).

Procedimentos:

- Entrevistas individuais a informadores chaves (Régulos, Deslocados, Chefes de povoação, ..);
- Entrevistas colectivas a informadores chaves;
- Entrevistas Informais a informadores Chaves;